



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

A T A nº 10/2021

Aos 28 dias de Dezembro de dois mil e vinte e um, reuniu a Assembleia Municipal do Seixal, na sua **6ª sessão extraordinária de 2021**, nas instalações dos Serviços Centrais da Câmara Municipal do Seixal, presidida por Alfredo José Monteiro da Costa e secretariada pelo 1º Secretário, Américo Augusto de Oliveira da Costa, e pela 2ª secretária, Vanda Patrícia Machado Correia Carvalho, com a seguinte Ordem de Trabalhos, divulgada pelo edital nº 35/2021, de 22 de dezembro.

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DA POPULAÇÃO.

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

III.1. Ata nº 08/2021 - 4ª Sessão Extraordinária, de 22 de novembro de 2021. Aprovação.

III.2. Ata nº 09/2021 - 5ª Sessão Extraordinária, de 26 de novembro de 2021. Aprovação.

III.3. Desafetação do Domínio Público Municipal da parcela de terreno com a área de 6.210 metros quadrados, sita na Av. Dr. António Babo, Seixal, para a constituição de direito de superfície a favor da Associação Desportiva Recreativa Benfiquista – Casa do Sport Lisboa e Benfica do Seixal, para implantação de edifício sede multifuncional. Aprovação.

III.4. Receitas Municipais. Fixação do valor da taxa do imposto municipal sobre imóveis (IMI), nos termos da alínea d) do n.º 1 do art. 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e alínea a) do art. 14.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro. Aprovação.

III.5. Receitas Municipais. Lançamento de derrama, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art. 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e alínea b) do art. 14.º e 18.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro. Aprovação.

III.6. Receitas Municipais. Definição da participação percentual no IRS, nos termos do art. 26.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro. Aprovação.

III.7. Receitas Municipais. Percentual da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2022. Aprovação.

III.8. Protocolo de colaboração entre o Município do Seixal e a Junta de Freguesia de Corroios. Aprovação de minuta.

Estiveram presentes, para além dos membros da Mesa:

Da CDU: Armando da Costa Farias, Carlos Alberto de Sousa Pereira, Catarina dos Santos Teixeira, Fernando Júlio da Silva e Sousa, Manuel Francisco Guerreiro, Maria João Fortes de Matos Louro, Maria Manuela Palmeiro Calado, Maria Odete Jesus Filipe, Nuno Filipe Oliveira Graça e Paula Alexandra Sobral Guerreiro Santos Barbosa.



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

Do PS: Ana Maria Ferreira Jorge, Diamantino dos Santos Moreira, Fátima Aidil Soares de Carvalho, Isabel da Conceição Abreu Rebouta Antas, João Diogo Fernandes Leal, Joaquim Gomes Carvalho Cabral, José António Geraldês Dias Ramos, Rui Miguel Santos Brás, Samuel Pedro da Silva Cruz, Sérgio Miguel Carreiro Ramalhete, Telma Cristina Lopes de Lima e Diamantino Moreira.

Do PSD: David Miguel Martins, Maria Luísa Marques da Gama e Rui Miguel Lança Belchior Pereira.

Do CH: Henrique Martins Rodrigues, Pedro Alexandre Costa e Pedro Miguel Oliveira.

Do BE: Mário Macedo e Isabel Maria Filipe Cruz.

Do PAN: Ivo Filipe Baptista Gomes.

Estiveram ainda presentes os Presidentes das Juntas de Freguesia de Amora, da União das Freguesias de Aldeia de Paio Pires, Arrentela e Seixal e de Fernão Ferro, respetivamente, Manuel Ferreira Araújo, António Manuel Oliveira Santos e Rui Miguel Pereira Santos. Orlando Ribeiro em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Corroios.

Registaram-se as seguintes substituições:

No grupo municipal da CDU: Rafael Louro por Manuel Guerreiro e Luis Ventura por Maria Odete Filipe.

No grupo municipal do PS: Tomás Santos por Diamantino Moreira.

Para além do Presidente da Câmara Municipal do Seixal, Joaquim Cesário Cardador dos Santos, estiveram presentes os seguintes Vereadores: Paulo Alexandre da Conceição Silva, Maria João Varela Macau, Joaquim Carlos Coelho Tavares, Bruno Filipe Ventura Santos, Eduardo Manuel Rodrigues, Miguel Ferreira Feio, Elisabete Manuela Pereira Adrião, Nuno Miguel dos Anjos Sousa Moreira, Bruno Miguel Machado Vasconcelos e Henrique José Livreiro Viçoso Freire.

A Sessão teve início cerca das 20:20.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Boa noite, a todos, Senhor presidente da Câmara, senhores Vereadores, os membros da Assembleia Municipal, trabalhadores da Câmara, e da Assembleia Municipal, vamos dar início, estamos todos, e, portanto, estamos em condições para começar, a nossa sessão da Assembleia Municipal, que vamos fazer desta forma, por meios digitais, e a situação que estamos a viver, fez com que fizéssemos essa opção, não é? Bom, espero que estejam todos bem, acima de tudo. Isso é que é importante, e com saúde. Em primeiro lugar, dizer-vos que os pedidos de substituição para esta sessão da assembleia municipal, são da CDU – Rafael Louro, por Manuel Guerreiro, Luís Ventura, por Maria Odete Filipe, do PS – Tomás Santos, por Diamantino Moreira, e presidentes da Junta de Freguesia. Presidente da Junta de Freguesia de Corroios, pelo vogal Orlando Ribeiro.

I. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “No período de antes da ordem do dia, temos seis documentos, e esses seis documentos, serão, portanto, apreciados pela ordem regimental, o



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

primeiro, uma moção – “Pela reposição das freguesias”, é subscrita pelo António Santos, que é da CDU, e que tem a palavra. Dizer-vos apenas este apontamento, que, naturalmente, nem seria necessário. Os tempos, são os tempos que foram definidos, e já tiveram prática nas sessões da assembleia realizada. Portanto, para o período de antes da ordem do dia, iremos, através da nossa segunda secretária, dar a informação de quando chegar aos 50% de utilização dos tempos, por cada grupo municipal, e quando estivermos a dois minutos do final do término, do tempo do respetivo grupo municipal.”

I.1. O Grupo Municipal da CDU apresentou uma moção «Pela reposição das freguesias», subscrita por António Santos.

(Documento anexo à ata com o número 1)

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “António Santos, tem a palavra, se faz favor.”

António Santos, Presidente da União das Freguesias disse; “Muito obrigado. Boa noite, para todos e para todas. Moção – “Pela reposição das freguesias.” O processo de agregação/extinção de mil cento e sessenta e oito freguesias no âmbito da chamada reorganização administrativa do território, imposta pela lei número 11-A de 2013, de 28 de janeiro, a execução da lei número 22/2012, de 30 de maio, da maioria PSD, e CDS, mereceu generalizada contestação e oposição das populações, e da esmagadora maioria dos órgãos autárquicos. A extinção de freguesias na generalidade, ao contrário do que se preconizava inicialmente, não trouxe ganhos financeiros. Afastou os eleitos das populações, dificultou a capacidade de intervenção na resolução de problemas, perdeu-se a identidade de cada freguesia, e reduziu-se a capacidade de reivindicação das populações e dos seus órgãos autárquicos. Durante o mandato autárquico entre 2013, e 2017, foram apresentadas iniciativas legislativas na Assembleia da República, com o objetivo de repor as freguesias extintas. De acordo com a vontade das populações, e dos órgãos autárquicos, e com eleições em 2017. Estas iniciativas foram rejeitadas com os votos do PS, do PSD, e do CDS. De então para cá, as populações continuaram a reivindicar, assim como os seus representantes, de maior proximidade dos seus autarcas e associações que nos representam, quer a ANAFRE, quer a Associação Nacional de Municípios Portugueses, onde em cada um dos seus congressos, foram aprovadas por esmagadora maioria, várias versões que versavam na presente matéria – “Pela reposição de freguesias.” Oito anos depois da extinção de freguesias, e mantendo-se viva a vontade e a luta pela sua posição, o que se impunha era dar resposta cabal às populações. Era a criação dum regime excecional que permitisse que as freguesias pudessem ser repostas com as eleições em 2021. Houve sucessivos atrasos do governo do Partido Socialista na entrega da proposta de lei na Assembleia da República, só no final de dezembro de 2020, é que isso aconteceu. O lento andamento dos trabalhos da comissão competente, e a rejeição do projeto de



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

lei do PCP, impossibilitaram a reposição das freguesias, no âmbito das eleições autárquicas de 2021, como já se tinha verificado em 2017. A lei número 39 de 2021, de 24 de junho, entretanto aprovada, define o regime jurídico da criação, modificação, e extinção de freguesias, aprovadas pelo Partido Socialista, pelo Partido Social Democrata, pelo PAN, e pela Iniciativa Liberal. Repito: aprovadas pelo Partido Socialista, pelo Partido Social Democrata, pelo PAN, e pela Iniciativa Liberal, não responde à reivindicação da reposição de todas as freguesias, obrigação do cumprimento de alguns dos critérios no processo de reposição de freguesias como determina o diploma aprovado, na prática inviabiliza a devolução de muitas freguesias às populações, mesmo que estas o defendam. Apesar das limitações, impõe-se agora intervir para concretizar a reposição das freguesias em todas as situações possíveis. Nesse sentido, deve ser tido em conta que a lei 39 de 2021, de 24 de junho, entra em vigor cento e oitenta dias, após a sua publicação, ou seja, no final de dezembro de 2021. Após essa data, e durante um ano, terá início o procedimento da reposição das freguesias extintas, nos termos do Artigo 25 – “Procedimento especial simplificado e transitório, mediante deliberação das respetivas Assembleias de Freguesia, e Assembleias Municipais. Assim, a Assembleia Municipal reunida no dia 28 de dezembro de 2021, manifesta, e é isto que se pretende com esta moção, manifesta o seu empenhamento pela reposição das freguesias do Seixal, de Arrentela e Aldeia de Paio Pires, de acordo com a vontade das populações, e delibera o início dos procedimentos necessários para a sua concretização, designadamente na convocação duma Assembleia Municipal, especificamente para esse efeito. Deste modo, deve ser enviado para a Assembleia da República, para os grupos parlamentares, para a ANAFRE, a Associação Nacional de Municípios, e comunicação social. Seixal, 28 de dezembro de 2021. Disse.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Obrigado, senhor presidente. Vamos abrir as inscrições. O modelo para a inscrição é o registo no – bate papo, com o nome, naturalmente. Ponham também o partido e – Pretendo intervir. Inscrições abertas, no bate papo. Quem é que pretende intervir? Portanto, vamos lá confirmar se é isto, a inscrição do Samuel Cruz, Rui Belchior e o Mário Macedo, também pretende intervir nesta... Aliás, está primeiro, faça o favor, Mário.”

Mário Macedo, do BE disse: “Muito obrigado. Antes de mais, quero desejar uma boa noite a todos, e a todas os presentes. Cumprimentar os senhores Vereadores, e os senhores Deputados, a mesa, e também os trabalhadores da Câmara, e esperar que todos tenham passado um bom Natal. Sobre esta moção específica, o Bloco de Esquerda, votará a favor. O Bloco de Esquerda concorda que é necessário reorganizar administrativamente o país, não apenas as freguesias, mas dar também início à regionalização que há muito está atrasada, mas queria apenas frisar aqui, se calhar, um pormenor que nos diferencia da CDU, é que nós não achamos que tenhamos que voltar necessariamente às fronteiras de 2012, nós precisamos de reorganizar, mas temos que nos reorganizar com as pessoas, com a população, fazendo por via, referendar o sistema, envolver as pessoas, e isto não significa, necessariamente, voltar a 2012. Mas, votaremos a favor, porque concordamos com o princípio.”



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Muito bem. Obrigado. Tem a palavra o Samuel Cruz. Faça o favor.”

Samuel Cruz, do PS, disse: “Muito obrigado, senhor presidente, Cumprimento todos os presentes, desejando umas boas festas. Já agora, aproveitando para fazer um parêntesis que me deixa algo perplexo, e certamente que o senhor presidente da Câmara, vai ter a oportunidade para explicar, que façamos a Assembleia Municipal *online*, e bem, por acordo de todos, mas que ao mesmo tempo, a Câmara Municipal organize concertos como aquele que está previsto com o Carlão, para a noite de ano novo. Enfim, acho que era de bom senso, repensar essa questão. Mas, em relação a esta moção da CDU, que se intitula – “Reposição das freguesias”, dizer o seguinte: a lei 39, de 2021, define o regime jurídico da criação, da modificação, e da extinção de freguesias. E é isso que é importante. A questão de repor simplesmente as freguesias que existiam, sem fazer um estudo apurado daquilo que aconteceu, e, aliás, diga-se que era isso que se pretendia fazer no anterior mandato, com uma comissão que foi criada, para acompanhar justamente esta questão. Infelizmente, o senhor presidente apenas convocou esta comissão, uma vez, e, portanto, foi impossível fazer qualquer tipo de trabalho. Mas estou convicto que se tivesse reunido, que poderia ter aqui um contributo importante, nesta fase, para percebermos aquilo que correu bem, e aquilo que correu mal, nesta agregação de freguesias. Certamente, como em tudo na vida, nem tudo foi mau, nem tudo foi bom. E é, preciso, necessário, pesar nos pratos da balança, aquilo que são as questões positivas, e as questões negativas. Porque o que é importante, de facto, é à luz dos critérios que a lei 39, de 2021, estabelece são: proteção do serviço à população, eficácia e eficiência da gestão pública, população e território, a história da identidade cultural, e a vontade política das populações também, à luz destes critérios, perceber qual é a melhor divisão administrativa do concelho, muito concretamente, e o Partido Socialista também acompanha aqui a ideia de que era necessário uma reorganização administrativa do concelho. Eu dou-vos um exemplo. A simples reposição das freguesias coloca os atuais Paços do Concelho na Freguesia de Arrentela. O que, na minha opinião, é algo que eu nunca vi os Paços do Concelho, serem fora da sede do Concelho. E eu que, por acaso, vivo na mesma urbanização da Câmara Municipal do Seixal, acho que vivo na freguesia do Seixal, consigo ir a pé à Junta de Freguesia, e se me colocarem na freguesia da Arrentela, passo a ter que ir de carro, e ainda por cima sem estacionamento, o que é, de facto, algo muito contraproducente. Portanto, quem conhece os limites das freguesias do concelho do Seixal, pode achar que os Paços do Concelho, ou aqui estas urbanizações que estão dentro do Seixal, devem pertencer à Arrentela, parece-me que é um disparate. Mas enfim, isso é a minha posição muito pessoal. Aquilo que me parece avisado é que, de facto, fosse criado, e o Partido Socialista irá propor justamente isto, quando for a altura, um grupo de trabalho, para desta vez sim, reunir, trabalhar, e ver o que é que é positivo, e o que é que é negativo e propor uma nova reorganização das freguesias do concelho. Se for repondo, sim senhor, se for criando também



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

muito bem, e se for modificando muito bem, o que está em causa, de facto, é o interesse superior da população. Disse.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra o Rui Belchior. Se faz favor, Rui.”

Rui Belchior, do PSD, disse: “Muito obrigado, senhor presidente. Desejando a continuação de boas festas a todos os presentes, e remetendo já diretamente para a questão da moção, bom, ao longo dos anos, nós já tivemos aqui várias intervenções, e, de facto, o António Santos, tem sido sempre o subscritor deste tipo de moções, e eu diria mesmo que ele é mesmo o último entusiasta desta reposição, como ele aqui refere, variadíssimas vezes no documento. Embora, desta feita, eu registo o facto de, talvez pela primeira vez, ele tenha aplicado a expressão ainda que a seguir tenha metido – extinção, mas a expressão – agregação, que foi, de facto, o que aconteceu. Não houve nenhuma extinção, houve uma agregação de freguesias, o que, em rigor, acabou foram cargos políticos, que, de facto, só traziam mais despesa, e mais gastos de meios, etc... Porque, em rigor, os funcionários estão lá todos, as instalações estão lá todas, etc... e toda a gente sabe isso. Depois, a utilização, e tem sido apanágio deste tipo de documentos, falarem em nome das populações, de um modo geral, e inclusive registei, reduziu-se a capacidade da reivindicação das populações, eu diria que num concelho, e ainda agora nas últimas eleições, no último eleitoral, teve 56% de abstenção, quer dizer, utilizar este tipo de expressões, são, no mínimo, abusivas, diria eu, e salvo a expressão. Portanto, o que se vê, realmente, e com alguma pena, é que as pessoas, em rigor, assim dum modo geral, não estão assim tão interessadas. Aliás, não se vê, e eu digo isto com franqueza, nunca ninguém me abordou na rua ou noutra sítio qualquer, ou por intermédio de qualquer meio, a lamentar o facto, das freguesias terem sido agregadas. É uma coisa extraordinária, é um registo que eu não posso deixar de o fazer. Nunca vi ninguém, nenhum município dizer, e olhe que sou abordado por vários motivos, e por várias razões, sobre esta razão, nunca. Portanto, eu diria, e desculpem-me a expressão exagerada, as pessoas, em rigor, na sua maioria, não querem saber. As pessoas têm outro tipo de preocupações, mais a mais, nesta altura. E já agora por falar na altura, é a altura que a CDU considerará apropriada, visto que, enfim, estamos numa altura pré eleitoral. E nestas alturas, vem sempre este tipo de documentos. Mas, mais. Diz aqui esta moção, que oito anos depois da extinção, quer dizer, estiveram seis anos a apoiar um governo. Eu sei que estou farto de dizer estas coisas, que eu vou dizer daqui a bocado sobre o Hospital. Mas a verdade é esta. Destes oito anos, estiveram seis anos a apoiar um governo e não conseguiram reverter este processo. Que, aliás, numa primeira fase, houve todo o tipo de promessas, relativamente a esta possibilidade de reversão. Isso nunca sucedeu. E, portanto, nós também estamos de acordo que o país deve ser reorganizado, e até diria mesmo, organizado. Mas não é voltar, e como disse, e bem, o eleito pelo Bloco, não é voltar a 2012. Nós temos que nos adaptar às circunstâncias atuais. E as circunstâncias atuais, não passam, seguramente, por uma, digamos, uma reposição destas freguesias. E quanto a estas matéria, até dizer ainda outra coisa. Bom, e eu sei que o António Santos, leva a mal eu dizer isto, mas a verdade é que no mandato passado, aliás, houve uma



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

comissão em que os senhores da CDU não abdicaram de ter, que era a comissão pela reposição das freguesias, reuniu uma única vez, creio eu, se não estou em erro, mas se estiver digam-me. Se não foi uma vez, foram duas, em quatro anos. Eu diria que o interesse também não é muito. É o interesse político, da reivindicação política, de facto. Muito obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Obrigado. Eu não tenho aqui o registo de mais nenhum pedido de intervenção. Pergunto quem é que quer intervir mais? Não há mais registos de intervenções? Confirma-se isso? Pergunto ao senhor presidente da Câmara, se pretende intervir?”

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Sim, boa noite. Obrigado, senhor presidente da Assembleia Municipal, obrigado. Cumprimento também todos os seus eleitos, desejando festas felizes para todos. Gostaria de realçar a importância desta moção, antes de mais, pela questão da própria democracia, e do poder local. Vamos realizar o 25.º Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, onde esta questão foi também abordada, e a importância de podermos ter juntas de freguesia, com capacidade para poder servir os cidadãos, e acima de tudo para os representar naquilo que são estes órgãos, tão importantes de proximidade para as populações. Por isso, consideramos que o concelho do Seixal com cento e sessenta mil habitantes, com somente quatro freguesias, está muito distante daquilo que são os concelhos de dimensão idêntica, ou até inferior, que tem um número muitíssimo mais elevado de freguesias. Nesses concelhos, e nessas localidades, essas populações têm representantes de proximidade que garantem uma maior representatividade, e também uma melhor correspondência daquilo que é o serviço público. E são estas assimetrias que, de facto, acontecem no nosso país, mesmo neste período já com 45 anos, perdão, com 47 anos do 25 de abril, onde continuamos a ter, como disse, estas diferenças, quer naquilo que são as respostas do serviço público de proximidade, quer naquilo que são a representatividade democrática das populações. Nesse sentido algo precisa ser feito. Esta lei vem, eu diria, tarde e a más horas. Não corresponde àquilo que, de facto, são as necessidades do serviço público, no entanto, há que dar sequência e avançar. E também dizer que é verdade que foi o governo do PSD, e do CDS, que extinguiu as freguesias do Seixal, da Arrentela, e da Aldeia de Paio Pires, que são freguesias históricas do nosso município, e que têm representatividade própria, e que devem ter representantes próprios, como também menorizou aquilo que são as respostas do serviço público, que, de facto, todos compreendemos que uma única entidade não consegue substituir três entidades por melhor que seja. E, por isso, o concelho do Seixal necessita, com a brevidade máxima, de ver regressar as suas seis freguesias históricas, e avançamos com o debate daquilo que será das suas forças políticas, e podermos ampliar, se necessário, e se verificarmos que corresponderá a um melhor serviço público, a uma melhor democracia. Muito obrigado.”

António Santos, Presidente da União das Freguesias disse; “Muito obrigado, senhor presidente. Só dirigir aqui duas, ou três ideias, porque, de facto, os argumentos são os mesmos de sempre. Às vezes dá a ideia, que a ideia que existe, é não deixar avançar, não deixar ir para a frente a reposição



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

das freguesias. Estamos a falar, esta União de Freguesias, é a maior de 80% dos municípios do nosso país. Quer dizer, isto é uma enormidade, que realmente, e quem está, quem passa pelo processo de gestão deste tipo de estrutura, é que sabe, melhor que ninguém, realmente as dificuldades que existem, porque conhecemos a realidade do antes, e do depois. Pergunto a todos os presentes, se as freguesias antes de 2012, funcionavam bem, porque razão deixaram de funcionar? Eu era presidente da Junta de Freguesia do Seixal, e as coisas funcionavam na perfeição. E conseguiram fazer uma coisa excepcional. Foi mexer nas poucas... não é nas poucas, há ainda algumas coisas a funcionar, mas naquilo que realmente funcionava. E agora não se pode repor, porquê? Essa questão de mais uma rua, menos uma rua, é uma questão de “cosmética”. O que nós estamos aqui a falar é do início dum procedimento. E o que eu tenho dúvidas, e eu estou farto da criação de comissões. É comissões para isto, é comissões para aquilo. Andamos oito anos a falar de comissões a nível do Estado, a nível local, e não se avança. Está na altura de darmos pelo menos o primeiro passo. Este é o primeiro passo. Seja através das comissões, e muito importante a marcação duma Assembleia Municipal, para discutir estas situações. E volto a lembrar o seguinte: há aqui uma diferença muito grande. Esta lei com a qual nós não concordamos, mas temos que “dançar ao som da música” que temos, foi aprovada pelo Partido Social Democrata, que, anteriormente, via na freguesia a criação de mais cinco ou seis, no concelho, a criação de mais três, ou quatro freguesias. Mas agora, não. O município cresceu e está muito bem como está. Não está nada bem. E eu sei, de facto, do que é que falo na maioria da razão. São mais os aspetos negativos, do que os aspetos positivos. O interesse no trabalho que nós temos, é só um, e penso que é comum a todos nós. É a melhoria da qualidade de vida das nossas populações, e seguramente isso passaria por termos as nossas freguesias de volta. Disse, senhor presidente. Ah! Já agora, permita-me uma coisa, e que é uma falha minha. Espero que tenham tido um bom Natal, e continuação de boas festas para todos.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: Senhor presidente, obrigado. Vamos passar para a votação da moção da CDU – “Pela reposição das freguesias”

Aprovada a Tomada de Posição nº74/XIII/2021 por maioria e em minuta com:

Dezoito (18) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do BE: 2

Quinze (15) votos contra dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3

Quatro (4) abstenções dos seguintes eleitos:



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

- Do grupo municipal do CH: 3
- Do grupo municipal do PAN: 1

I.2. O Grupo Municipal do PS apresentou uma saudação «Feliz Natal sempre! Viva o 25 de Dezembro», subscrita por Samuel Cruz.

(Documento anexo à ata com o número 2)

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para a moção do PS. Samuel Cruz, tem a palavra, se faz favor.”

Samuel Cruz do PS disse: “Muito obrigado, senhor presidente. Esta saudação – “Feliz Natal, sempre. Viva o 25 de Dezembro!” diz o seguinte: “É tradição realizar pela altura do solstício de inverno, um conjunto de procedimentos que, no seu conjunto congrega os desejos mais profundos de paz e concórdia entre todos, sobrepondo-se mesmo a querelas antigas. O solstício de inverno caracteriza-se por ser uma época de menos luz, mais friorenta, e por isso mesmo mais intimista. Um período apropriado para a reflexão dos ingentes problemas que nós, a humanidade, enfrentamos. Perdem-se na noite dos tempos estas tradições associadas ao culto solar Seja o Hanukkah judaico, o Yule das terras frias do Norte da Europa, o Korochun eslavo, a Saturnália romana ou o *Natalis Solis Invictus* da tradição mitráica, em todos se celebra o triunfo da luz sob o domínio das trevas. Ao celebrarmos o Natal, quer ele represente o nascimento de Jesus, que o Cristianismo fez coincidir com o nascimento de Mitra, quer qualquer outra questão cultural associada às tradições pagãs, é a luz que festejamos, símbolo da vida, e do renascimento espiritual que todos almejamos em serenidade e harmonia. Nos últimos dois anos, as sombras escureceram frequentemente no horizonte. Momentos houve, em que as trevas ameaçaram engolir a luz da esperança. A pandemia criou situações anómalas, muito para além da área da saúde, desestruturou toda a cadeia produtiva e a distribuição mundial de bens. Dizimou o setor dos serviços, da indústria leve à pesada, do setor alimentar, sejam elas agrícolas, pecuárias, piscícolas, ou transformadas, aos setores energéticos, farmacêuticos, fitossanitários, à venda de máquinas, e veículos, e ainda de muitos outros, com apoio ao setor dos transportes, sejam rodoviários, marítimos, ou aéreos, com sérias consequências globais. Mas se esta data de solstício de inverno, era a noite mais prolongada, também é a partir de agora, que esta luz retoma paulatinamente o seu vigor, até ao momento que se superará de longe as trevas, assim como são os ciclos assentes nesta permanente dualidade, e assim como é o trabalho de cada um de nós, portadores para a nossa vida, da cadeia que ilumina não só o nosso caminho, mas desejavelmente também o dos outros que nos acompanham, e, mais ou menos, próximos, partilham as nossas vidas. Não deixemos pois de manter acesa a pequena lamparina, que sabemos haverá de transformar-se em labaredas de entusiasmo. O entusiasmo acaba de fazer de 2022, o ano do renascimento, o ano de um longo Natal, o ano do retorno à luz plena, em total harmonia com o universo. É essa harmonia



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

que a Assembleia Municipal do Seixal, reunida na sua 6.ª sessão extraordinária, em 28 de dezembro saúda, bem como o solstício de inverno, e tudo aquilo que este simboliza. Feliz Natal, sempre. Viva o 25 de dezembro! Disse.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Ok. Obrigado. Intervenções em relação a esta saudação. Quem é que pretende intervir? Façam a inscrição – bate papo, se faz favor. Portanto, pergunto quem é que pretende intervir? Tenho o registo de Armando Farias. Faça o favor. Tem a palavra Armando Farias.”

Armando Farias da CDU disse: “Boa noite, a todos! Saúdo o Senhor Presidente da Assembleia, a mesa da assembleia, o Senhor Presidente da autarquia, o executivo camarário, a todos os eleitos, e também os trabalhadores que, neste dia, estão a acompanhar os trabalhos. Relativamente a esta moção, naturalmente que saudamos também o Natal, o convívio familiar. Isso é evidente, e, portanto, nada a opor sobre isso. O problema é que esta moção está pintada de muito cor-de-rosa, e do nosso ponto de vista, justificar uma cor, era negro, não é? Fala-se aqui do Covid, mas antes do Covid, já a situação das famílias, das populações, se vinha agravando, e muito. E o que é que o Covid trouxe? Dificuldades, e a própria doença, como é evidente, mas agravaram-se as desigualdades. Portanto, essa história – Todos juntos contra o Covid, foi uma fantasia, o que já se sabia, não é? Portanto, trouxe mais agravamentos, desigualdades, mais injustiças, e as famílias já sofreram, e muito, relativamente a isso. Se há uma saudação a fazer, naturalmente, que é aos trabalhadores, aos profissionais de saúde, e às autarquias que muito fizeram neste combate à pandemia. Não o governo central, mas as autarquias que muito fizeram, como a autarquia do Seixal, como se sabe, que deu muito apoio a este combate. Portanto, há um antes do Covid que já vinha mau, e piorou, agravou as desigualdades, e para a frente, as opções do governo, não são no sentido de melhorar a vida das famílias, pelo contrário. O custo de vida continua a aumentar, as condições de trabalho são aquilo que são, muito difíceis, e, portanto, o futuro não se apresenta nada risonho. Não se apresenta risonho, devido às opções que o governo tem, relativamente às opções que tem de tomar, que são opções erradas, e que são opções que continuam a agravar as injustiças. Portanto, em conclusão. Saudação ao Natal, sim senhor, muito bem, mas de resto, não comungamos da apreciação que é feita, e por isso, vamo-nos abster. Obrigado, senhor presidente.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Obrigado. Mais intervenções? Não tenho aqui registo de mais intervenções. Confirma-se isso? Pronto, confirma-se. Não há mais pedidos de intervenção. Proponente, faça o favor.”

Samuel Cruz do PS disse: “Muito brevemente, presidente. Para dizer que esta moção que se tem cor, e que se tem alguma cor é a cor da luz, e que é uma moção de esperança, acima de tudo. Penso que não foi bem interpretada pelo PCP. Disse, presidente.”



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Vamos colocar à votação. Então, esta saudação foi aprovada pelos votos a favor do PS, do PSD, do Bloco de Esquerda, e do PAN, e a abstenção da CDU, e do Chega. Pergunto se há alguma declaração de voto? Não há registo de declaração de voto.”

Aprovada a Tomada de Posição nº75/XIII/2021 por maioria e em minuta com:

Dezoito (18) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do PAN: 1

Dezanove (19) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 12
- Do grupo municipal do CH: 3

I.3. O Grupo Municipal do PSD apresentou uma moção «Pela adesão IMI familiar», subscrita por Rui Belchior.

(Documento anexo à ata com o número 3)

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para o documento seguinte que é do PSD, que é uma moção – “Pela adesão do município do Seixal, ao IMI familiar.” É subscrita pelo Rui Belchior. Tem a palavra, Rui Belchior, se faz favor.”

Rui Belchior do PSD disse: “Muito obrigado, senhor presidente. É verdade que esta moção, enfim, face ao calendário, que temos tido apertado, já deveria ter vindo, para termos a oportunidade de ainda discutir, e debater este tema atempadamente. Isso não foi possível, embora, nós no estatuto da oposição tenhamos referido, ou defendido esta nossa posição, em que consideramos que o município do Seixal deveria aderir ao IMI familiar, e, aliás, na senda daquilo que tem vindo a ser feito paulatinamente pelos municípios portugueses. Enfim, para 2021, já duzentos e cinquenta e três municípios aderiram. Portanto, neste momento, os números conhecidos são os duzentos e cinquenta e três municípios. Aliás, há aqui um lapso. Exato. É relativo a 2020. Duzentos e cinquenta e três municípios já aderiram. Portanto, dos trezentos e oito, apenas cinquenta e cinco não aderiram. E dos treze municípios do distrito de Setúbal, já aderiram seis, e Setúbal já aprovou também a medida, e, portanto, também em breve vai aderir a esta medida que consideramos ser um benefício para as famílias, um alívio para as famílias, que é considerada uma modalidade que aqui está inscrita. 20,00€, às famílias com um dependente a cargo, 40,00€, com dois dependentes,



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

e 70,00€, com três, ou mais dependentes. E, portanto, consideramos que, nesta fase, sobretudo nesta altura do quadro pandémico, o município deveria implementar esta medida, considerando assim, dar um apoio efetivo, objetivo, e concreto às famílias que tanto necessitam, aliás em linha com o que referiu aí pelo líder da bancada da CDU, em que referiu a sua preocupação relativamente às famílias. E nós também a temos, e por isso apresentamos esta moção. Muito obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Segunda secretária, tempos, por favor”

Vanda Carvalho da CDU disse: “Neste momento, a CDU, está com um saldo de onze minutos, e dezasseis segundos. O PS, sete, cinquenta e cinco. PSD, com cinquenta e seis segundos, e o Bloco de Esquerda, tem cinco minutos e um segundo, O PAN, cinco minutos, e o Chega, sete.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Obrigado. Ora, inscrições: Mário Macedo, Armando Faria, e Nuno Capucha. Mário Macedo, se faz favor. “

Mário Macedo do BE disse: “Ora bem, eu queria, em primeiro lugar, agradecer a consideração que o PSD, tem pela Assembleia Municipal, ao trazer este assunto para ser debatido aqui, entre nós, e é com muito gosto que o fazemos. Mas não posso deixar de me questionar, e de perguntar por que é que o PSD, que tem um Vereador, não colocou isso na reunião do executivo, onde seria bastante produtivo, e bastante útil. Já tivemos seis, sete reuniões no executivo, e o PSD, não foi capaz de apresentar esta moção. Em relação ao conteúdo, a moção, o Bloco votará a favor desta moção. E eu queria relembrar a todos que o IMI familiar, antigamente estava mal feito, era uma taxa que era regressiva, e foi graças à intervenção do Bloco de Esquerda, na Assembleia da República, que conseguimos transformar o IMI familiar, num imposto muito mais progressivo. Muito obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra Armando Farias, faça favor”

Armando Farias da CDU disse: Muito obrigado, senhor presidente. O eleito do PSD, disse que a CDU que se preocupa com as famílias, e disse muito bem. Claro que nós nos preocupamos com as famílias. E a autarquia, pelo sétimo ano consecutivo, tem vindo a diminuir o IMI. De resto, esta taxa de 0,35 (zero, trinta e cinco) do IMI, que foi aprovada agora, pela autarquia, pela Câmara, representa uma das mais baixas da área metropolitana de Lisboa, e do distrito de Setúbal, em particular. E, portanto, tem havido um desagravamento, constante, todos os anos, do IMI, à população. De resto, as opções que a Câmara tem tomado, para desagravarem os custos das famílias aqui no concelho, não se limitam ao IMI. Tem a ver com a taxa de água, e de outras prestações, e outros apoios que são concedidos. Portanto, não faz sentido esta proposta, a nosso ver, do PSD, na medida em que tem que olhar para estes constantes desagravamentos do IMI, que



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

é dos mais baixos, portanto, como referi na área metropolitana de Lisboa, e em particular aqui das Câmaras do concelho do distrito de Setúbal. E, por isso, nós votamos contra esta proposta.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra Nuno Capucha, faça favor.”

Nuno Capucha do CH disse: “Muito bem. Nós vamos votar a favor desta proposta. Consideramos que tudo aquilo que possa ajudar as famílias a terem mais filhos, e é claro que nenhuma família decide ter mais um filho, por causa duma redução do IMI, mas tudo aquilo que possa ajudar, por muito pequeno que seja o contributo, tudo aquilo que possa ajudar as famílias a terem mais filhos, e nós sabemos, e nem vale a pena abordar profundamente o assunto, sabemos como é necessário renovar as gerações em Portugal, e tudo isso, todas as pequenas ações, merecem o nosso apoio. Eu vou aqui referir apenas um dado estatístico que me ocorreu, enquanto escutava a intervenção do Rui Belchior, um dado que eu tirei da Associação Portuguesa de Famílias Numerosas, portanto, o dado ao certo é da responsabilidade deles. Existem já, neste momento, duzentas e quarenta e quatro autarquias, a praticar a redução prevista para famílias com filhos, e nós gostaríamos que o Seixal fosse uma delas. Disse.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Pergunto se há mais alguma intervenção? Não temos registo de mais nenhuma intervenção. Dou a palavra ao senhor presidente da Câmara. Faça o favor, senhor presidente.”

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Muito obrigado senhor presidente da Assembleia Municipal. Bom, esta moção, ou esta proposta familiar, entendemos que ela é limitada na sua aplicação, e pode ser socialmente injusta, e vou explicar. Em primeiro lugar, limitada na sua aplicação, o que, infelizmente, digo eu, o número de famílias que possam ser abrangidas, não é tão numeroso quanto aquilo que seria desejável, apesar do município ser o concelho que ainda tem uma taxa de natalidade positiva, a par duma taxa de imigração positiva, o que também traduzirá um número também importante em termos de famílias com dependentes a cargo, portanto, até aos 25 anos. Mas, no entanto, o que é, de facto, relevante para todas as famílias, é a redução que temos vindo a fazer, e que essa sim, tem importância global, quando o Seixal decide reduzir a taxa de IMI, pelo sétimo ano consecutivo, e aqui ao lado, a Câmara de Almada, gerida pelo PS, decidiu manter essa taxa de IMI, num valor até superior àquele que já existe no concelho do Seixal. Por isso, pensamos que a redução que estamos a fazer, e de forma até bastante acelerada neste ano, ou melhor, para 2022, com uma descida de 1,5 (um ponto e meio), é ilustrativa da importância que damos a todas as famílias, que são proprietárias de imóveis no concelho e que são alvo do pagamento do IMI. Depois, um aspeto relativamente ao facto desta taxa social, ou melhor, deste procedimento, e desta proposta, ser socialmente injusta, é porque podemos estar a beneficiar famílias que mesmo estando abrangidas por este mecanismo, podemos estar a beneficiar, como eu dizia, famílias que não necessitem, pela elevada fonte de rendimento que têm. Por isso, e também



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

é verdade que famílias com valores reduzidos, do ponto de vista da sua retribuição mensal, ou do seu rendimento líquido mensal, já não pagam o IMI, por via dos mecanismos de defesa dessas mesmas pessoas. Portanto, o que estaríamos aqui a fazer é quase que beneficiar algumas famílias, e dentro dessas algumas famílias, algumas que, de facto, não necessitam ter apoios do Estado, relativamente a património elevado que têm com a redução do valor do IMI. Por isso, por estes dois aspetos, e por um lado, o município já está a fazer essa redução, no sentido de ajudar todas as famílias, como é patente não só com a deliberação que tivemos na Câmara, como com a deliberação que está proposta à Assembleia Municipal, com a redução, uma vez mais, da taxa do IMI, pelo 7.º ano consecutivo, como também este facto de, supostamente, como uma medida aparentemente benévola, podemos estar aqui, uma vez mais, a beneficiar quem não precisa, e também dizer que com esses rendimentos a Câmara Municipal, consegue fazer investimentos importantes, para essas pessoas que precisam, em detrimento de outras pessoas que precisarão menos. Por isso, esta nossa posição, e dizer que, de facto, o que importa, verdadeiramente, é que a taxa de IMI, possa reduzir em toda a sua dimensão, e não apenas de forma segmentada, como se pretende fazer, com pouquíssimos resultados, do ponto de vista daquilo que são os apoios sociais. Obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Obrigado, senhor presidente. Dou a palavra ao preponente, se entender, ao Rui Belchior. Dos cinquenta e seis segundos que tem, não é, percebi isso?”

Rui Belchior do PSD disse: “Muito obrigado. O que disse o Mário Macedo, nas reuniões de Câmara, não há apresentação de moções, por isso não apresentou nenhuma moção, mas nós temos, ao longo destes últimos anos, defendido esta medida, como essencial, e que deveria ser aplicada no nosso município. E, portanto, creio que relativamente a isso, que não há qualquer dúvida, sobre essa matéria, sobre o que é que pensa o nosso Vereador, e disso, eu espero que toda a gente fique esclarecida. Depois, nós já sabemos, ou melhor, já sabíamos, que havia, e isso fica evidente neste processo, que há duas CDU, há uma CDU aí por uma série de sítios, e depois há a CDU do Seixal. Porque a lição que nos deu aqui o senhor presidente, relativamente à limitação da aplicação, e ao facto desta medida ser socialmente injusta na sua ótica, ou que disse o Sr. Armando Farias, bom, isso não tem nenhum respaldo na adesão maciça que os municípios portugueses têm estado a fazer. Sobram cinquenta e cinco, só para dizer ao Nuno Capucha, são duzentos e cinquenta e três, e não duzentos e quarenta e quatro, e nesta altura, já serão mais, seguramente. Muito obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Vamos proceder à votação: A moção foi aprovada, com os votos a favor do PS, do PSD, do Chega, do Bloco de Esquerda, e do PAN, e o voto contra da CDU. Alguma declaração de voto? Não há registo de declaração de voto.”



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

Aprovada a Tomada de Posição nº76/XII/2021 por maioria e em minuta com:

Vinte e um (21) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do CH: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do PAN: 1

Dezasseis (16) votos contra dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16

I.4. O Grupo Municipal do Chega apresentou uma moção «Contra as tentativas de silenciar o Natal e contra as ofensas aos cristãos», subscrita por Nuno Capucha.

(Documento anexo à ata com o número 4)

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para o documento seguinte, que é uma moção do Chega - “Contra as tentativas de silenciar o Natal, e contra as ofensas aos Cristãos.” É subscrita por Nuno Capucha, e tem a palavra, se faz favor. “

Nuno Capucha do Chega disse: “Novamente, muito boa noite. Pegando nas palavras do Samuel Cruz, o Samuel Cruz, e o grupo municipal do PS, que quiseram realçar a luz que vence as trevas. No Natal, essa luz que vence as trevas, tem para nós, um nome, para nós, que acreditamos – Jesus Cristo. Quem não acredita, obviamente que é inteiramente livre, tem o seu livre arbítrio, e o que se pede com esta moção, é o respeito. Respeito das instituições pelos cristãos, pela quadra do Natal. O respeito, as instituições dão um sinal à população. Eu recorde que, por exemplo, essa questão dos cristãos, dar um sinal de respeito, é importante porque há muitos cristãos perseguidos em todo o mundo, e o seu número é muito maior do que aquilo que se possa imaginar. Há cerca de trezentos e quarenta milhões de cristãos no mundo, e isto são dados que eu retirei do Vaticano, e cerca de um em cada oito, e isto é um relatório duma organização não-governamental, sofrem um alto nível de perseguição e discriminação. Um fenómeno para trezentos e nove milhões, se torna até extremo em cinquenta países. E a expressão, extremo, está aqui a substituir, dar a vida, ou sofrer gravemente. E, portanto, em resumo, para não me alongar, penso que fomos bastante claros na moção que apresentamos. Está lá tudo dito, e o que se pretende com esta moção, não é cercear a liberdade de ninguém, é dar um sinal de respeito. Incluímos também a Câmara Municipal do Seixal nesta moção, porque na parte dedicada à cultura, durante a apresentação do orçamento, foi inserida uma fotografia, que também achamos que fere os sentimentos religiosos, e pedimos um



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

cuidado redobrado da próxima vez. E à União Europeia, convém dar um sinal forte de que não se tolera que se escarneça dos católicos e dos cristãos, o Natal, ou que se tente silenciá-lo, substituindo o Natal, por festividades. Disse. “

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Intervenções a esta moção. Quem é que pretende intervir? Façam o favor de fazer o registo no – bate papo. Para já, há dois pedidos de intervenção. Armando Farias, tem a palavra. Faça o favor.”

Armando Farias da CDU disse: “Obrigado, senhor presidente. Bem, sobre esta moção, apenas duas, ou três notas. Evidentemente que não se ignora, e não se subestima as ofensas e desrespeito, que muitas vezes acontecem, em relação a determinadas convicções, nomeadamente religiosas, seja a Católica, seja a de outras religiões. Nós não subestimamos isso, evidentemente. Agora, a forma como isto está caracterizado, dá uma dimensão que nos parece extremamente exagerada, e por outro lado, uma caracterização que nos parece que não é a mais correta. Como se sabe, há um problema enorme na igreja, que tem a ver com a pedofilia, e nós não vamos dizer que a igreja toda tem essa marca, não é? Temos respeito pelas convicções, e pelas instituições, e quando há problemas procura-se resolver, sem criar maiores fricções na sociedade. E, portanto, parece-me que o cariz que é aqui retratado, tem uma dimensão que pensamos que é exagerada. Depois, relativamente à referência que é feita à Câmara Municipal, nós pensamos que, eu queria dizer isto com toda a clareza, e com todo o respeito, mas pensamos que essas referências, são perfeitamente ridículas. Com todo o respeito, mas pensamos que são perfeitamente ridículas. Porque se há mérito que deve ser reconhecido à autarquia, é precisamente o contrário. É o respeito que a autarquia tem tido por todas as instituições, sem exceção, incluindo aquelas de cariz religiosas, e, portanto, quer nos apoios, quer no relacionamento com essas instituições, esse mérito deve ser reconhecido. E, portanto, não faz sentido nenhum, do nosso ponto de vista, a referência que é feita, e achamos que é perfeitamente ridículo. E desse ponto de vista enfim, em relação à questão que é colocada, da fotografia que é colocada, vamos lá ver se, às tantas, não vem alguém pôr em causa que o menino Jesus, está nu nas palhinhas deitado, quer dizer. A gente deve ter algum bom senso nisto, não é? Nós vamos, naturalmente, rejeitar esta moção. Obrigado, senhor presidente.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Tem a palavra o Mário Macedo. Faça o favor.”

Mário Macedo do BE disse: “Muito obrigado, senhor presidente, Ora bem, eu li esta moção, e fiquei muito surpreendido com o teor desta moção. Não esperava algo deste calibre, nem mesmo para o Chega. O Bloco vota sempre a favor da liberdade de expressão. Nunca na vida vou encontrar o Bloco a tentar coagir artistas, a tentar coagir liberdade de expressão, era só o que faltava. Somos todos Charlie Hebdo para os outros, porque quando é para nós, pelos vistos já ficamos todos muito sensíveis, e a dizer – Respeitinho, é bonito. O – Respeitinho, é bonito, morreu em 74, felizmente. O



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

Bloco votará sempre a favor da liberdade de expressão. O Estado é laico, a Câmara, é laica, e termino aqui a minha intervenção. Obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Tem a palavra o Samuel Cruz.”

Samuel Cruz do PS disse: “Obrigado, senhor presidente. Acho que há aqui um enquadramento que o Partido Socialista deseja fazer. E o enquadramento do Partido Socialista, é que o Partido Socialista, tem por hábito na assembleia, acima de tudo, nos documentos que lhe são propostos, valorizar aquilo que é a sua parte deliberativa, em detrimento daquilo que são as considerações. Isso tem acontecido, muitas vezes, e vem acontecendo até hoje também em relação aos documentos. Portanto, o PS, não acompanha todas as considerações deste documento, mas aquilo que é a parte deliberativa, o Partido Socialista repudia as tentativas de se silenciar o Natal, como repudia as tentativas de silenciar qualquer que seja a opção religiosa. Isso, é uma via semelhante aquela que propusemos no primeiro, no nosso primeiro documento, e recomendo um certo cuidado à Câmara Municipal, que seja mais exigente, é a palavra aqui utilizada, na escolha das fotografias. O Partido Socialista, tal e qual como o Bloco de Esquerda, já aqui referiu que está sempre a favor da liberdade, e da liberdade de criação artística, mas também entende que as instituições públicas, carece, ou devem ter algum cuidado, para, de facto, não melindrar a convicção de cada um. E é aquela imagem de, no mínimo, duma estética questionável, não é? E, portanto, é neste quadro, que o Partido Socialista se coloca para votar esta moção. Disse.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Pergunto se há mais alguma inscrição para esta moção? Não há? Não há registo disso. Dou a palavra ao senhor presidente da Câmara. Faça o favor, senhor presidente. “

O Presidente da Câmara Municipal, disse: “Obrigado, senhor presidente da Assembleia Municipal. Antes de mais, um primeiro aspeto que importa focar, que tem a ver com o maior respeito que a religião Cristã nos merece, aliás, como todas as religiões, e este município, é conhecido pelas suas políticas de integração, quer de minorias, quer de credos, e nessa perspetiva, cada vez mais, queremos ser um concelho o mais inclusivo possível. Também é conhecida a tradição que existe de apoio à obra social da igreja Católica, no município do Seixal, com diversas obras já concretizadas, muitos apoios também prestados, e em vários projetos, que estão neste momento em marcha com a igreja Católica, com quem temos relações também institucionais importantes, e que eu gostaria também de assinalar. E também dizer que, de facto, a Câmara Municipal, não coloca qualquer obstáculo à livre criação cultural, e, por isso, compreendemos que nalguns momentos, nalgumas peças que são apresentadas, possam ferir algumas suscetibilidades, mas isso acontecerá sempre, e isso é fruto do que é a livre criatividade dos grupos, dos atores, das companhias que desenvolvem as obras culturais que entendem, e, de facto, o município não pode ter aqui qualquer intervenção, senão estaríamos, de facto, a ter uma posição de cerceamento daquilo que são as



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

atividades culturais, e a liberdade de expressão, coisa que não queremos fazer. Por isso, não nos revemos, minimamente, nesta moção que nos vêm colocar. Para já, se há município que tem relevado os aspetos positivos no Natal, mesmo pandemia, é o município do Seixal, com uma Aldeia Natal, ao ar livre, com um conjunto variado de equipamentos, e de ofertas, para as crianças, e para as suas famílias, para celebrar o Natal em família, em comunhão, como com um conjunto de outros espetáculos, como os coros, que aconteceram um pouco por todas as igrejas, e também em equipamentos patrimoniais importantes do concelho do Seixal. E por isso, se há entidade que tem celebrado de forma correta, adequada, ao tempo, e também aquilo que são as condições, é, de facto, o município do Seixal, e também se, de facto, se há município que respeita todas as religiões, que respeita todas as pessoas, e todos os credos, é, de facto, o município do Seixal. Portanto, não nos revemos, minimamente, naquilo que esta moção encerra, sendo que existirão outras entidades talvez que possam ser visadas, mas nunca esta Câmara Municipal. Obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Obrigado, senhor presidente da Câmara. Tem a palavra o preponente, o Nuno Capucha, se entender, se faz favor.”

Nuno Capucha do Chega disse: “Sim, obrigado. Dirigindo-me ao senhor Presidente da Câmara, e ao Armando Farias, digo que a nossa observação diz respeito a um aspeto muito preciso. Portanto, procuramos não extrapolar, não estender a outros campos, não alargar a conversa, por assim dizer. Eu sei que a Câmara Municipal do Seixal, tem boas relações com a igreja. Tão boas que até contratou alguém que renunciou ao sacerdócio, o ex-pároco da Arrentela, por uma quantia avultada, para fazer um trabalho social na Câmara, e vi isso no – base.gov.pt – data do dia 07, deste mês. Em relação ao Mário Macedo, sei que já lhe dei mais material para um twitt. Eu agradecia que, desta vez, o Mário me citasse corretamente. Porque, como eu, uma vez, e não sei se tive oportunidade de lhe dizer pessoalmente, das duas, uma, ou não entende, ou não ouve bem, e qualquer dos aspetos é preocupante. Nós sabemos qual é que é a tradição do Bloco. A tradição do Bloco, é aquela tradição que coloca cartazes em que diz – “Jesus, também tinha dois pais.” O Bloco é aquele partido que para fazer política, nunca estabeleceu limites, e nunca deixou de ofender a religião. Aliás, sempre fez questão de o fazer, como forma de crescimento cultural. Portanto, há aqui uma questão que é vilipendiar a relação dos outros. Se acham que é arte, um homem barbudo, se fazer retratar como uma Virgem Maria, bom, temos que falar muito sobre arte. Isto acontece em Portugal, com o Bloco, acontece, por exemplo, no Brasil, com o seu homónimo, com o PSOL, que apoiava, que apoiou as posições, por exemplo, onde artistas faziam quadros com hóstias sagradas, que para os Católicos, representam o corpo, e sangue de Cristo. E, novamente, aqui não se pede a ninguém que acredite, pede-se respeito, naquilo em que os outros acreditam. E, portanto, e sem me querer alongar muito, aquilo que se pede é respeito. Não queremos fazer censura, não queremos fazer um novo índice, não é isso que se trata. Aquilo que pedimos é respeitar o sentimento religioso dos outros. E eu termino, lembrando que a propósito desta fotografia, de extremo mau gosto, de extremo mau gosto, vi um vídeo dum homossexual



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

brasileiro, que dizia – “Como é que nós seremos respeitados, se coisas destas vêm a público. Como é que as pessoas não hão de deixar de nos respeitar.” Disse.”

Mário Macedo do BE disse: “Senhor Presidente, não tenho direito a fazer a defesa da honra?”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse:” Se é em defesa da honra tem. Mário, só um nadinha. Acabamos os tempos, e o Mário faz a defesa da honra, e procede-se à votação. Se tem pedido a palavra antes, para a defesa da honra, naturalmente que lhe tinha dado. Portanto, tempos então? Vanda, diga lá? ”

Vanda Carvalho da CDU disse: “CDU, com um saldo de sete minutos e dezassete segundos. PS, com cinco, cinquenta e nove. PSD, já não tem tempo. O Chega, tem um saldo de vinte e oito segundos. O Bloco de Esquerda, com três minutos, e vinte e sete, e o PAN, com cinco minutos.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Obrigado. Mário Macedo, para defesa da honra. Tem dois minutos.”

Mário Macedo do BE disse: “Eu queria só relembrar ao deputado Nuno Capucha, que, felizmente, a PIDE terminou em 74, a censura já terminou em 74, a avaliação de gostos na arte, não se faz, felizmente, e que eu gostaria de recomendar que o senhor deputado passasse mais tempo atento aos problemas do concelho, e menos tempo a ver as guerras culturais dos Estados Unidos. E disse.

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Obrigado. Vamos então à votação. esta moção, teve a favor, registou a favor o Chega, e o PSD, a abstenção do PS, e os votos contra da CDU, do Bloco de Esquerda, e do PAN. E, portanto, a moção está rejeitada. Há alguma declaração de voto?”

Rejeitada a Tomada de Posição nº77/XIII/2021 por maioria e em minuta com:

Seis (6) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do CH: 3

Dezanove (19) votos contra dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do PAN: 1

Doze (12) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

I.5. O Grupo Municipal do PAN apresentou uma recomendação «Pela substituição dos fogos de artifício tradicionais por fogos de artifício silenciosos, por uma celebração mais inclusiva», subscrita por Ivo Gomes.

(Documento anexo à ata com o número 5)

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Passamos para o documento seguinte, e é o penúltimo, e é do PAN – “Recomendação pela substituição dos fogos-de-artifício tradicionais, por fogos-de-artifício silenciosos, por uma celebração mais inclusiva.” Tem a palavra o Ivo Gomes. Faça o favor.”

Ivo Gomes do PAN disse: “Obrigado, senhor presidente. Ora, saudar todos os presentes, e desejos de continuação de boas festas, dentro do possível, agora numa altura de maior cautela, relativamente à pandemia. A recomendação que eu trago hoje, é algo que já foi apresentado noutras Câmaras no país, ao longo dos anos. Para a maioria das pessoas, os foguetes, e fogos-de-artifício, para a maioria de nós, são sinónimo de tradição e alegria, e sempre nos habituámos a vê-los em épocas festivas, mas só que existem algumas pessoas, e animais, para os quais estas festividades representam medo, e ansiedade, por causa do barulho. A poluição sonora causada provoca sofrimento a vários grupos acometidos, com sensibilidade auditiva. Pessoas autistas, crianças, recém-nascidos, idosos, doentes, e todos são, em maior, ou menor grau, atingidos pelos distúrbios e vibrações sonoras causadas pelos rebentamentos. Em geral, os bebés com menos de seis meses de idade, tendem a reagir mal a este tipo de barulhos repentinos. As pessoas autistas, de qualquer idade, também como pessoas com deficit de atenção, podem ser excessivamente sensíveis aos rebentamentos, e refletem dificuldades em interpretar o que se está a passar à sua volta, assim como as pessoas idosas, com algum processo demencial em curso, a reação emocional, pode também ser intensa, bem como para alguns sobreviventes de guerra, com quadros de perturbação de stress pós traumático. Para os animais, nomeadamente para os cães, o barulho dos foguetes representam medo e ansiedade pelo barulho provocado, que causa, muitas vezes, reações extremas, como tremores, latidos, tentativas de fuga, ou luta, podendo até resultar em convulsões. E esta situação acontece porque a audição dos animais, é muito mais desenvolvida do que a dos humanos, e todos os anos, e sobretudo, depois das celebrações da passagem de ano, existem relatos de desaparecimento de vários animais de estimação, após o lançamento dos fogos-de-artifício. Alguns animais fogem apavorados, e acabam perdidos, ou atropelados. Outros, na ânsia da fuga, terminam enforcados nas correntes que os prendem. Alguns, têm convulsões, surdez, ou até mesmo existem registos anuais de ataques cardíacos em cães. De referir que os danos provocados, não são apenas a animais de estimação, também as aves, por causa do barulho das explosões repentinas, têm uma reação instintiva de fuga, que combinada com o facto de ser de noite, acaba por causar a morte a muitos exemplares, ocorrendo o choque com estruturas urbanas, que não veem durante o voo. Os componentes libertados para a atmosfera, no momento



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

do lançamento dos artefactos pirotécnicos, como a pólvora, o enxofre, e o carvão, têm também um impacto negativo na qualidade do ar, das populações. O perigo de incêndio, e o risco de acidente no manuseamento dos mesmos, constituem fatores a ter em conta. Já todos nós, num local, ou nalgum ponto da nossa vida, ouvimos algum tipo de acontecimento deste género, em que o lançamento do fogo-de-artifício acabou por correr mal, e por causar um incêndio, ou algum dano, a alguma pessoa. Só que, hoje em dia, já existem fogos-de-artifício sem estrondo e sem barulho, e tem vindo a ser adotado por um número crescente de cidades pelo mundo, como o vídeo mapping, e o laser, que mantém aquilo que é suposto ser, que é manter a beleza, e o impacto visual das luzes, e da cor, e das formas. É a Câmara Municipal que emite as autorizações do lançamento dos fogos-de-artifício e emite as licenças de ruído, das festas tradicionais, e outros divertimentos, consideramos que de forma gradual, e sensibilizando a população, e do município, para os factos acima descritos, poderá a Câmara, a médio prazo, autorizar que este tipo de fogo-de-artifício silencioso, e mais ecológico seja utilizado. Nestes termos, a Assembleia Municipal do Seixal, reunida em sessão extraordinária, no dia 28 de dezembro de 2021, delibera recomendar à Câmara Municipal do Seixal, a realização de um estudo sobre a possibilidade da adoção de fogos-de-artifício sem ruído, ou de menor impacto sonoro nas celebrações do município, a realização duma campanha de sensibilização sobre os impactos negativos nas pessoas mais vulneráveis, e animais, aquando da utilização de pirotecnia nas festas do nosso concelho, e sobre as alternativas existentes, e que nos eventos promovidos pelo município, seja considerada a substituição do lançamento de foguetes e do fogo-de-artifício tradicional, pelo fogo-de-artifício de baixa intensidade sonora, bem como adotar modelos mais ecológicos e inclusivos, como o recurso de vídeo mapping, e do laser. Seixal, 28 de dezembro, de 2021. Disse.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Obrigado. Inscrições para esta recomendação. Quem é que pretende intervir? Façam o favor. Paula Santos, tem a palavra.”

Paula Santos da CDU disse: “Cumprimento todos os senhores eleitos, os trabalhadores da autarquia, que também estão a acompanhar e a dar apoio para a realização desta assembleia. Relativamente a esta moção, gostaria só de fazer a seguinte consideração. A moção faz referência a um conjunto de impactos, na opinião do PAN, relativamente aos fogos-de-artifício tradicionais, e propõe no ponto um, que seja feita a realização de um estudo, sobre a possibilidade de encontrar outras soluções, nomeadamente faz referência, a utilização de fogos-de-artifício, sem ruído, ou de menor impacto. Não nos opomos que possa haver essa realização desse estudo, mas parece-nos que há aqui alguma contradição, entre o ponto um, e os pontos seguintes. Porque se a ideia é estudar outras soluções, não se propõe que nos pontos seguintes, se adote já essas mesmas soluções. Por isso, faríamos a sugestão, porque nos parecia, pelo menos mais coerente, do ponto de vista daquilo que é apresentado, e fazia esta sugestão ao PAN, se teria disponibilidade para tirar o ponto dois, e o ponto três, e manter esta possibilidade da realização do estudo, até para manter



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

a coerência. Porque senão, já está aqui a tirar a conclusão, relativamente aquilo que foi estudar, e não nos parece que seja coerente. Obrigada.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Senhora segunda secretária, é melhor dizer os tempos, à medida que se estão a esgotar para os grupos municipais, se faz favor.”

Vanda Carvalho da CDU disse: “Eu ia referir que o PAN, já só tem trinta segundos para intervenção.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Muito bem. Quem é que pretende intervir mais, se for o caso disso. Samuel Cruz, faça o favor.”

Samuel Cruz do PS disse: “É para dizer que o Partido Socialista, irá votar favoravelmente a esta moção, desde logo porque nos parece que os considerados são factuais, e, enfim, aqui não haverá muito a acrescentar. Mas, em relação à parte deliberativa, em especial, e já tive a oportunidade de ver outras moções sobre esse teor, essa é até bastante ponderada, e equilibrada, e o Partido Socialista revê-se na moção, e irá votar a favor. Disse.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Nuno Capucha, se faz favor.”

Nuno Capucha do PAN disse: “Deixo apenas uma pergunta. O que é que acontece aos empresários das empresas de pirotecnia? O que é que acontece ao setor, tal como ele está, neste momento estabelecido? E é por isso que temos essa perceção, e é por esse motivo que vamos abster-nos.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Muito bem. Não há mais pedidos de intervenção? Eu pergunto ao senhor presidente da Câmara, sobre esta matéria, se pretende alguma intervenção?”

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Senhor presidente, relativamente a esta moção, esta proposta de recomendação, de facto, dizer que a preocupação com o bem estar animal, é cada vez mais presente naquilo que são as políticas da autarquia, e isso tem sido visível ao longo dos anos, é uma área que tem vindo a crescer do ponto de vista, quer da sensibilidade social, quer também das próprias políticas, dos poderes públicos, e não só. E, nessa perspetiva, acompanhamos aquilo que tem sido uma preocupação crescente com esta área. É claro que estamos a falar de festejos que acontecem no nosso município, eu diria, em dois momentos por ano, em cerca, talvez, de dez minutos cada um. Estamos a falar de vinte minutos, num ano. E podemos até contrapor com a existência de trovoadas, que fazem, portanto, ruído, não tão constante, mas com algum espaçamento, e, por ventura, aquilo que são os impactos sonoros, no tempo de um ano, até, possivelmente serão até superiores aquilo que são causados por este tipo de espetáculos pirotécnicos. No entanto, parece-me interessante esta ideia de podermos substituir esse modelo



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

de celebração, por outros que tenham menores impactos do ponto de vista ambiental, e sobre a população, e sobre também os animais, sendo que o estudo que nos parece adequado desenvolver, mas com o devido equilíbrio, porque, de facto, considero que existirão muitos outros problemas relacionados com a vida das populações e também dos próprios animais, do que propriamente, vinte minutos, num ano. Obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Obrigado, senhor presidente. Tem a palavra o proponente, no tempo que lhe resta. Ivo Gomes, se faz favor.”

Ivo Gomes do PAN disse: “Muito obrigado, senhor presidente. Vou tentar responder a todas as questões, ao Sr. Deputado Nuno Capucha, relativamente aos empresários das empresas de pirotecnia. Bom, vivemos num mercado livre, na procura, e da oferta, e quando um produto deixa de ser procurado, as empresas e os empresários, devem naturalmente, ajustar-se aquilo que são as necessidades do mercado, e, naturalmente, que somos sensíveis aos empresários de pirotecnia, como a quaisquer outros empresários. A proposta da Deputada Paula Santos, nós vamos recusar, porque os pontos dois e três, não impingem nada, e, portanto, não há nenhuma palavra desses pontos que obrigue a Câmara, no fundo, a acatar qualquer tipo...”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Terminou o tempo, conclua, por favor.”

Ivo Gomes do PAN disse: “É para manter a proposta tal como está, porque não há nenhuma palavra que diga que tem que se fazer tal como está deliberado. O município deve considerar a substituição de lançamentos, e não adotar obrigatoriamente.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Pronto. Em relação à gestão dos tempos, o procedimento que seguimos agora com o Ivo Gomes, terminou o tempo, e há, enfim, um espaço curto para conclusão. Portanto, vamos passar à votação. Portanto, esta recomendação, teve os votos a favor do PS, do PSD, do Bloco de Esquerda, e do PAN. Abstenção da CDU, e do Chega, e, portanto, foi aprovada. Há alguma declaração de voto? Paula Santos, por favor.”

Aprovada a Tomada de Posição nº78/XIII/2021 por maioria e em minuta com:

Dezoito (18) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do PAN: 1

Dezanove (19) abstenções dos seguintes eleitos:



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do CH: 3

Paula Santos da CDU disse: "Senhor presidente, muito rapidamente. A CDU absteve-se nesta votação da moção, mas na intervenção que fizemos, referimos que não nos opomos à realização do estudo, cremos que seria até positivo haver essa apreciação sobre outras soluções com os mesmos objetivos para assinalar as festividades. Já relativamente aos pontos dois e três, e é essa a nossa objeção, parece-nos que são umas conclusões antecipada dos estudos. O objetivo é ter um estudo, não se avançam, desde já, com aquelas que hão de ser as conclusões, ou o objetivo que se pretende estudar, e verificar então, quais é que são as conclusões que esse estudo coloca, e não antecipar. E por isso, a CDU, se absteve na votação desta moção. "

I.6. O Grupo Municipal da CDU apresentou uma moção «Hospital no Seixal – para quando?», subscrita por Manuela Calado.

(Documento anexo à ata com o número 6)

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "passamos para o último documento que é uma moção – "Hospital no Seixal, para quando?" É da CDU, e é subscrita pela Manuela Calado, que tem a palavra. Faça o favor."

Manuela calado da CDU disse: "Obrigada, senhor presidente. Eu vou manter a minha câmara, portanto, desativada, porque a internet está aqui um bocadinho instável, e não vá ela cair, a meio da apresentação. Cumprimento, mais uma vez, o senhor presidente, os membros que compõem a mesa da assembleia, o senhor presidente da Câmara, os senhores Vereadores, os senhores eleitos, os trabalhadores que prestam auxílio na realização desta reunião, e a moção que aqui vos trago sobre – "O Hospital, para quando?" É mais uma das muitas moções que têm vindo às Assembleias Municipais, e às reuniões de Câmara, e, portanto, a construção do Hospital do Seixal, é considerada uma obra fundamental para um concelho que tem cerca de quarenta mil pessoas sem médico de família, e a população cada vez mais se questiona para quando, quanto mais é que é necessário esperar, para que este Hospital, este equipamento de saúde tão importante no nosso concelho, mas também por ser um equipamento estratégico para a península de Setúbal, mas fundamental para dar resposta aos problemas estruturais que o Hospital Garcia da Horta, não consegue dar, e, portanto, é uma reivindicação com mais de duas décadas de luta, que o poder local, e as populações têm vindo a fazer e que em 2009, foi assinado um acordo estratégico de colaboração para o orçamento do novo Hospital localizado no Seixal, e que se previa, nessa altura, que devia ser concluído em 2012. Portanto, de 2009, foi guardado na gaveta, e, portanto, em 2017, contemplado num orçamento de Estado, uma verba para o lançamento do concurso deste projeto, que, supostamente, estaria finalizado em 2019. Chegamos ao final de 2021, e este processo



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

encontra-se num impasse, e o Hospital continua por construir, e as promessas e as inoperâncias dos sucessivos governos, serviram apenas para defraudar as expectativas e os direitos da população à saúde, e os direitos fundamentais da população. A necessidade da construção deste equipamento de saúde, deste Hospital, é muito grande, e ficou, mais uma vez, demonstrado que com o início da pandemia, em março de 2020, com este flagelo em todo o mundo, em que a vida das populações foram gravemente afetadas, e introduzidas mudanças fraturantes no estilo de vida de todos. Portanto, a autarquia deu uma resposta imediata, com a adoção e implementação de medidas, e ações que foram destinadas à contenção da pandemia, que instalou meios de transporte, para quem não tinha possibilidade de se deslocar aos Centros de Saúde, e apetrechou-os com força e segurança para as equipas de saúde e os seus utentes que se deslocavam aos Centros de Saúde. A 30 de janeiro de 2022, realizar-se-ão as eleições para a Assembleia da República, e o governo que dele se formar, deverá ter em linha de conta que a construção do Hospital do concelho do Seixal, é uma prioridade há muito reivindicada. Para além da falta do Hospital, regista também um deficit de equipamentos, e profissionais de saúde, para responder às necessidades dos seus cento e setenta mil habitantes. Por isso, hoje, a Assembleia Municipal, reunida a 28 de dezembro, reivindica que o processo para a construção do Hospital no Seixal, seja concluído o mais rápido possível, cumprindo todos os acordos anteriormente assinados. Exige-se que o próximo governo assuma as suas responsabilidades e cumpra as promessas e de acordos estabelecidos fundamentais para mitigar as desigualdades de saúde, que existam no serviço nacional de saúde, concretamente no que respeita aos compromissos assumidos com o concelho do Seixal, com a construção do Hospital do Seixal, e com a construção dos Centros de Saúde em falta. Reitero a necessidade de alocação de mais médicos, enfermeiros, técnicos de saúde, e assistentes técnicos, e equipamentos de modo a terminar com o flagelo de existirem munícipes sem médico, e enfermeiro de família. E, por fim, saúdo todos aqueles que têm lutado pelo reforço do serviço nacional de saúde. Disse, senhor presidente.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Obrigado. Intervenções em relação a esta moção. Quem é que pretende intervir? Portanto, não há, até agora, registo de pedido de intervenção. Há uma primeira. Bom, tem a palavra o Mário Macedo, se faz favor.”

Mário Macedo do BE disse: “Sim, sim. Obrigado, senhor presidente. Bem, para não demorar muito tempo, vou só dizer muito rapidamente, que na última reunião que tivemos com o conselho de administração do Hospital Garcia da Horta, eles estavam realmente confiantes que em 2023, seria possível dar início à atividade do futuro Centro Hospitalar Almada / Seixal. É um desejo que eu partilho, e que eu creio que aqui todos os presentes partilham, e que espero que aconteça, e espero que o próximo governo que sair nas eleições de 30 de janeiro, seja um governo que perceba a importância que este Hospital tem para a região, para a população que aqui reside, e que faça realmente avançar o futuro Hospital do Seixal, que será integrado no Centro Hospitalar Almada / Seixal. Por isso, nós claramente, iremos votar a favor.”



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Obrigado. Segunda secretária, tempos?"

Vanda Carvalho da CDU disse: "Então, neste momento os saldos são os seguintes: CDU, tem vinte e sete segundos para intervenção, o PS, cinco minutos e trinta e três, o PSD, já não tem tempo disponível, o Chega tem nove segundos, o Bloco de Esquerda, dois minutos e trinta e três, e o PAN, também já não tem tempo de intervenção. Obrigada."

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Tem a palavra o Samuel Cruz, se faz favor?"

Samuel Cruz do PS disse: "Muito obrigado, senhor presidente. E para esclarecer, desde já, e com toda a tranquilidade, a minha intervenção, dizer que o Partido Socialista, como sempre, aliás, sobre esta matéria, neste fórum, e noutros, irá votar a favor, e vota a favor mesmo quando discorda, em absoluto, como já disse, nos seus considerandos, que o que importa é a parte deliberativa. E hoje, diga-se em abono da verdade, que não há uma discordância absoluta com os considerandos. Agora, há em relação àquilo que é a parte deliberativa, fazer alguns esclarecimentos, e algumas adendas que são pertinentes. Portanto, o primeiro ponto da parte deliberativa, refere-se à urgência da construção do Hospital do Seixal. E sobre esta matéria, há que dizer que o orçamento de estado para 2022, também chumbado pelo PCP, contemplava o investimento necessário à construção do Hospital do Seixal. E que este investimento acontecerá, e aqui vou-me socorrer das palavras do Eng.º Joaquim Santos, o presidente da Câmara, numa entrevista ao jornal Sem Mais na edição do dia 21 de fevereiro, de 2020, e até tendo em conta o partido do senhor presidente da Câmara, estranho que esta moção, não tenha feito referência a esta informação que, de facto, é fidedigna, e verdadeira. E que diz o senhor presidente da Câmara, que depois de concluída a fase de seleção proposta por um concurso limitado, por prévia qualificação por deliberação do conselho diretivo da ARSLVT de 02 de outubro de 2020, foi aprovado um relatório final, elaborado por um júri que é realizado no dia 07 de outubro, o ato de adjudicação ao projetista ARIPA. No entanto, outro concorrente preterido, a empresa Miguel Saraiva & Associados, Diretor e Urbanismo, instaurou uma ação de impugnação judicial, na qual pede a anulação do ato de adjudicação. Continua em apreciação nos Tribunais, e só depois na decisão judicial, poderá ser indicada uma data mais precisa, para a execução dos trabalhos. Ou seja, neste momento, não existem responsabilidades políticas, pelo menos para quem acredita no princípio da tramitação da separação dos poderes, não existem responsabilidades políticas a aceitar o atraso dos trabalhos. Existe um processo judicial em curso, e acredito que todos nós respeitamos a justiça, e a sua independência, e já agora os seus tempos também. Quanto aos Centros de Saúde em falta, que se refere a proposta deliberativa número dois, esquece esse documento, a dizer que a Câmara já podia ter resolvido esse problema, desde logo, se aceitasse a transferência de competências nesta área, por parte do governo, ou que mesmo que o não quisesse fazer, podia estabelecer protocolos para a ARS, para realizar as obras, ou realizar mesmo as obras. E eu fiz aqui um exercício, do que as Câmaras da mesma dimensão, porque só se pode comparar, aquilo que é comparável, na margem



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

Norte, que tipo de investimento é que fazem na sua. Por exemplo, um investimento na área da saúde, em Cascais, que é uma Câmara do PSD, é de 14 milhões de euros, e tendo em construção três Centros de Saúde, a recuperação de outros cinco. Repito, 14 milhões de euros. E não se pense que isto é muito. A Câmara Municipal do Seixal, só em IMT, neste exercício, já arrecadou mais de 10 milhões de euros, do que estava à espera. Estava à espera de receber 10 milhões, e já recebeu 20 milhões. Mas, em Oeiras, que é um independente, como todos nós sabemos, é um independente que gere, o investimento é de 4,3 milhões de euros, na construção de três Centros de Saúde de raiz. E nem está contabilizado nem o custo dos projetos, nem o custo dos terrenos. E em Sintra, que é uma Câmara do PS, a Câmara Municipal, tem um programa na área da saúde, cujo investimento é de 8 milhões de euros, abrangendo a construção de 5 novos Centros de Saúde, que é Queluz, Agualva, Sintra, e Almargem do Bispo, já estão em funcionamento. E ainda em construção Algueirão, Mem Martins, cujas obras estão, neste momento, em construção como eu já disse. E depois, há ainda, o Hospital de proximidade de Sintra, cujas obras se iniciaram em agosto, é realizado pela Câmara Municipal de Sintra, e é um investimento de 29 milhões de euros, e a Câmara Municipal de Sintra, está, neste momento, a arranjar 37 milhões de euros, em saúde que também não é sua obrigação direta. Mas, o importante, é resolver os problemas das populações. E para que se diga, e tenho um exemplo de cada partido, também fui ver o que é que o PCP fez em Loures, sobre esta matéria. Mas o PCP, não fez nada, porque o PCP não faz nada sobre esta matéria, porque o PCP não quer resolver os problemas das populações. O que o PCP quer ter é capital de queixa, os problemas por resolver, porque se alimenta eleitoralmente justamente deste capital de queixa. E, portanto, apesar de tudo isto, o Partido Socialista votará a favor. Mas, estes esclarecimentos eram da máxima importância, para se perceber aquilo que a Câmara Municipal do Seixal podia fazer e não faz. E não faz, não é porque não tenha dinheiro, não tenha condições, é porque não quer. Porque quer que as populações tenham uma fraca qualidade de vida, para poder dizer que a culpa é do governo. Disse, senhor presidente.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Mais intervenções sobre esta matéria? Quem é que pretende intervir mais? Portanto, não há mais nenhum pedido de intervenção? Confirma-se? Tem a palavra o senhor presidente da Câmara. Faça o favor, senhor presidente. “

O Presidente da Câmara Municipal, disse: “Obrigado. Bom, antes de mais, dizer que relativamente a esta moção, revela bem aquilo que tem sido as inúmeras promessas, e eu diria, e dos compromissos falhados por parte dos governos do PS, a par duma enorme insensibilidade dos governos do PSD, e do CDS, que mandaram arquivar o processo para o Hospital do Seixal. Para além disso, temos este histórico também, eu diria, com a exclusão do que foi o Centro de Saúde Corroios, mas também com uma fraquíssima proposta na rede de cuidados de saúde primários, sendo que o município do Seixal, teve que ter aqui também um papel importante, não só na disponibilização dos terrenos, mas também em várias intervenções que possibilitaram este Centro de Saúde de Corroios, que pudesse estar hoje em funcionamento. Isto revela, de facto, os



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

governos do PS, que prometem muito, mas fazem muito pouco, e os governos do PSD, e do CDS, o que trouxeram foi bloquear necessidades prementes como esta, que é evidente, o Hospital. Não temos nenhuma dúvida, que se o Hospital do Seixal estivesse construído e em funcionamento, o combate à pandemia, teria sido muito mais fácil. Se tivéssemos mais Centros de Saúde como necessitamos, o combate à pandemia, teria sido melhor. E isso não acontece e não é por responsabilidade da Câmara Municipal. Isso acontece por responsabilidade dos governos de não realizarem o que deviam, em termos daquilo que é a sua função, e para as quais foram eleitos, e para os quais deviam ter usado os meios públicos para responder a esta necessidade. O reforço do Serviço Nacional de Saúde, é fundamental para o presente e para o futuro, e passará pelo nosso concelho a construção desta unidade hospitalar, mas também vários Centros de Saúde. Dizer que fico muito espantado com as intervenções que eu ouvi, porque apelam a que os governos do PS fazem, e o que as autarquias da CDU, não fazem, quando e amanhã iremos testemunhar isso, uma vez mais, que são os próprios elementos do PS, que bloqueiam tentativas da Câmara Municipal de poder fazer. Nós colocamos neste orçamento, nesta proposta de orçamento, que vai estar em discussão amanhã, a participação da Câmara, na construção de todos os Centros de Saúde em falta, a par da construção dos pavilhões desportivos escolares, a par da construção dos quartéis da GNR, e também da esquadra da PSP, e aquilo que temos é que os eleitos do PS, não aprovaram o orçamento na Câmara Municipal, e se mantiverem essa decisão, portanto, amanhã na deliberação, na discussão do orçamento, para além de não fazerem quando estão no governo, não deixam que outros façam, como nós queremos fazer estes equipamentos que a população precisa. Por isso, não colhe essa tese, e amanhã teremos, uma vez mais, exatamente aquilo que, de facto, acontece. É que se fala muito, mas quando é a hora de decidir, normalmente decidem sempre contra o interesse público, e contra o interesse das populações. Tem sido essa a tônica dos governos do PS. O último Ministro com o qual estabelecemos um protocolo, o Ministro Adalberto Campos Fernandes, em 2018, e naquilo que tinha sido aprovado, no protocolo aprovado, nesta última versão, estabelecia que em 2021, o Hospital abria portas. Pois bem, mais um processo, mais um incumprimento dum governante do Partido Socialista, e também do próprio Partido Socialista, porque estamos em 2021, e nem sequer o projeto de execução está aprovado. Já houve tempo mais do que suficiente, para se avançarem com todos os passos. Quer o concurso do projeto, quer o concurso da obra, quer o da própria execução da obra, apetrechamento, equipamento e o seu funcionamento. Por isso se há responsáveis pelo facto do Hospital não estar construído, corresponde inteiramente aos governos do PS, e também aos governos do PSD, e do CDS. Da nossa parte, reitero, novamente, que temos no orçamento de 2022, a solução para podermos também participar na construção de todos estes equipamentos. Quer no Hospital, daquilo que ficou protocolado em 2018, nas infraestruturas exteriores do Hospital, quer também nos Centros de Saúde, e naquilo que, de facto, nós já estamos em contacto com a ARSLVT, no sentido de podermos protocolar dois novos Centros de Saúde. Agora, com a rejeição do orçamento não irá



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

possibilitar que a Câmara Municipal avance. E essa responsabilidade será, uma vez mais, do PS. O PS não faz, nem deixa fazer. Obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Obrigado. Tem a palavra o proponente, a Manuela Calado, mas com o tempo que tem.”

Manuela Calado da CDU disse: “Pouco há a dizer, apenas reafirmar que a intervenção do eleito Samuel Cruz, vem reafirmar, mais uma vez que o governo, portanto, não faz, como disse o senhor presidente, nem deixa fazer, e, portanto, resolve estas situações transferindo para os municípios estes ónus. E, portanto, nós reafirmamos, mais uma vez, a importância que este equipamento tem, para o concelho, para a península de Setúbal, e, portanto, exigimos que ele seja construído o mais rapidamente possível. Disse.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Vamos passar à votação. Está a votação a favor de todos os grupos municipais, exceto o PSD que se absteve e, portanto, esta moção, foi aprovada, por maioria. Declarações de voto?”

Aprovada a Tomada de Posição nº 79/XIII/2021 por maioria e em minuta com:

Trinta e quatro (34) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do CH: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do PAN: 1

Três (3) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PSD: 3

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Declaração de voto, Samuel Cruz, faça o favor.”

Samuel Cruz do PS, em declaração de voto, disse: “Senhor presidente, o Partido Socialista votou a favor, mas deseja, no entanto, realçar que no que se refere a recursos humanos, foram, este ano, abertas quinze vagas para médicos no ACES Almada / Seixal, que, no entanto, apenas foram ocupados nove lugares. E sobre isso a Administração Regional de Saúde, não pode fazer nada sobre o desinteresse dos médicos em ocuparem estes lugares. E por outro lado decorreu um concurso e vão ser ocupadas vagas para dez novos enfermeiros. Naturalmente que o Partido Socialista também saúda o Sistema Nacional de Saúde, e todos os que o defendem, e nem poderia



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

ser doutra forma, porque foi o governo do PS, que fundou o Sistema Nacional de Saúde, e que é algo que os socialistas muito se orgulham. Por outro lado, em relação a promessas não cumpridas, desde 2009, o Partido Socialista, pergunta se é mais fácil construir um Hospital, ou uma Escola? É que no orçamento das grandes opções do plano para 2009, da Câmara Municipal do Seixal, estavam prometidos o jardim-de-infância de Vale de Milhaços, o jardim-de-infância, da Quinta de Cima, ou a Escola do Batateiro. E, portanto, há aqui um conjunto de obras, que a Câmara Municipal do Seixal, em escolas, e muito mais simples uma escola que um Hospital, e a Câmara do Seixal, desde 2009, ainda não construiu. Disse, senhor presidente.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Tem a palavra o Rui Belchior, com a declaração de voto. Faça o favor.”

Rui Belchior do PSD, em declaração de voto, disse: “Muito obrigado, senhor presidente. Muito sucintamente, o Partido Social Democrata, tem recusado, recusa, e recusará a alinhar neste folclore em que se tornou este mini Hospital do Seixal, este mini, e virtual Hospital do Seixal. Consideramos que esta pequena moção, é mais um ato de pré-campanha. A CDU sustentou e aprovou o governo socialista, durante seis anos, e agora reclama da promessa não cumprida. Aliás, onde é que nós já ouvimos isto. Mas a culpa é do PSD, e do Passos Coelho, que com a Troika, foi obrigado, naturalmente, a suspender estes, e outros projetos. A nossa preocupação, a preocupação do Partido Social Democrata, como temos vindo a defender, é a construção de mais Centros de Saúde, e a melhoria dos já existentes. Ao mesmo tempo, declinamos, como faz a CDU, as sucessivas minguas do projeto inicial, sendo que na última versão, este como eu referi, é um mini Hospital. Mas nós, como queremos reivindicar, à força toda, um Hospital, portanto, não nos importamos com isso. O Partido Social Democrata, importa-se com isso. E ainda assim, o termos que lidar, como ainda, há pouco, referiu o eleito Samuel Cruz, com a crónica falta de meios, de médicos, e enfermeiros, que é essa uma das grandes preocupações que deve estar em cima da mesa, e não a construção de mais infraestruturas, para as quais depois não temos possibilidades de colocar lá os respetivos meios humanos. Muito obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Para terminarmos o período de antes da ordem do dia, vamos fazer agora um intervalo de dez minutos. Até já, então.”

I. PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

II.1. Ata nº 08/2021 – 4ª Sessão Extraordinária, de 22 de novembro de 2021.

(Documento anexo à Ata com o número 7).



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Ora, vamos recomeçar. Passamos para o período da ordem do dia, e o primeiro ponto é da ata de 08/2021, que é a quarta sessão extraordinária, de 22 de novembro, e não podem votar, por não terem estado presentes na sessão, pela CDU: Manuel Guerreiro, Maria Odete Filipe, e Orlando Ribeiro. Do PS: Diamantino Moreira. E eu pergunto se em relação a esta ata, há alguma questão que queiram colocar? Portanto, não há nenhuma indicação em relação a esta ata, e, portanto, consideramos aprovada."

Aprovada a Deliberação nº 52/XIII/2021 por unanimidade e em minuta com:

Trinta e três (33) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 13
- Do grupo municipal do PS: 11
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do CH: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do PAN: 1

II.2. Ata n.º09/2021 – 5.ª Sessão Extraordinária, de 26 de novembro de 2021 – Aprovação.

(Documento anexo à Ata com o número 8).

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "O ponto dois, é a ata de 09/2021, que é da quinta sessão extraordinária, de 26 de novembro. E não podem votar, por não terem estado presentes na sessão, da CDU: Fernando Sousa, e Orlando Ribeiro. Do Chega: Nuno Capucha, e Soraia Rosário, e do PAN: Ivo Gomes. E pergunto se há alguma consideração que queiram colocar em relação a esta ata? Não, portanto, consideramo-la aprovada."

Aprovada a Deliberação nº 53/XIII/2021 por unanimidade e em minuta com:

Trinta e dois (32) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 14
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do CH: 1
- Do grupo municipal do BE: 2



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

II.3. Desafetação do Domínio Público Municipal da parcela de terreno com a área de 6.210 metros quadrados, sita na Av. Dr. António Babo, Seixal, para a constituição de direito de superfície a favor da Associação Desportiva Recreativa Benfiquista – Casa do Sport Lisboa e Benfica do Seixal, para implantação de edifício sede multifuncional. Aprovação.

(Documento anexo à Ata com o numero 9).

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Passamos para o ponto seguinte, que é o ponto dois, três que é – "Desafetação do domínio público municipal da parcela de terreno com a área de 6120 metros, para a constituição de direitos de superfície, para a Associação de Desportiva e Recreativa Casa Sport Lisboa e Benfica Seixal. Senhor presidente da Câmara, tem a palavra, se faz favor."

O Presidente da Câmara Municipal, disse: "Obrigado, senhor presidente. Esta proposta visa podermos responder a uma necessidade colocada pela Associação Desportiva da Casa do Benfica do Seixal, relacionado com a nova sede social, facto existente que se localiza no Mercado Municipal do Seixal, e que não oferece as melhores condições para os sócios, e também não possibilita que exista a rentabilização desportiva, doutras áreas, em prol do desenvolvimento desportivo. Esta nova localização, onde se inclui também o polo desportivo já existente, vai possibilitar que esta associação possa desenvolver a sua atividade local com outras condições. Também possibilitar que as modalidades desportivas que existem, possam ser ampliadas do ponto de vista da sua oferta, e também criar novas propostas do ponto de vista desportivo. Nessa perspetiva, e a par do que já sucedeu, e do que tem vindo a suceder com outras coletividades, existe, portanto, esta disponibilidade da Câmara Municipal, poder olhar a construção desta nova sede, e com isso, também possibilitarmos no concelho, que esta associação, possa, de facto, poder fazer crescer a sua atividade desportiva, por um lado, mas também associativa, porque é muito importante que consigamos, através de associações, poder desenvolver todo este trabalho importantíssimo, junto da comunidade, através de um movimento associativo popular. E, por isso, trata-se de mais uma aposta da Câmara, no sentido de conseguirmos reforçar o movimento associativo popular, do concelho, através do trabalho desta importante associação."

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Obrigado, senhor presidente da Câmara. Inscrições na apreciação desta proposta. Quem é que pretende intervir? Façam o favor. Ora, temos uma primeira intervenção. Samuel Cruz, faça o favor."

Samuel Cruz do PS, disse: "Muito obrigado, senhor presidente. Então, iniciar por dizer que este se trata de um terreno de domínio público municipal, que veio à posse da Câmara, com cedência para espaço verde, equipamento, ou infraestruturas, no âmbito da operação do loteamento. Em concreto, há naquele local um polidesportivo, vulgo chamado ringue, que é bastante utilizado pelos jovens desta zona. E que, até pelo facto de tirarmos do domínio público, e passarmos para o



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

domínio privado, e depois cedermos a uma associação, na prática, vai deixar de ser de uso público, e vai passar a ser de uso privado daquela associação. Mas dá-se até uma coisa curiosa, que é: esta associação tem, fundamentalmente, atletismo. Ou seja, não necessita, propriamente dum pavilhão. Aliás, fundamentalmente, e quem tiver a curiosidade de ir verificar o Facebook desta associação, porque esta proposta, não tem um plano de atividade, e devia, do meu ponto de vista, ter aqui um relatório de atividades da associação, para nós, em consciência analisarmos o que é que esta associação faz, e se este tipo de equipamento, faz falta, ou não, à associação. Daquilo que eu me pude informar, tem fundamentalmente atletismo, e não precisa, propriamente, dum polidesportivo. Fez também, de acordo com o Facebook, em agosto, um passeio de cicloturismo, e certamente que não foi feito dentro dum pavilhão, e no âmbito da Seixalíada, um passeio pedestre, e também, certamente, que não foi feito dentro dum pavilhão. Ou seja, é curioso que a Câmara pretende ceder, ou construir à associação, um equipamento futuro, ou seja, um equipamento que não é necessário. Espera-se que, no futuro, venha a ter esta necessidade. Mas há, em contrapartida, quem perca com isto, que são os homens, que, neste momento usam aquele ringue, e que vão deixar de usar, porque passa para a gestão duma entidade privada. E, nesse âmbito, e nem sequer tratando-se duma zona de grande expansão populacional, não é sequer líquido que não haja necessidade doutro tipo de equipamento, um espaço verde, para além de infraestruturas. E, portanto, desse ponto de vista, do ponto de vista da oportunidade, por esta razão, não nos parece uma boa opção. Mas também, por outra, é que... ou melhor, para terminar este ponto que eu estava a dizer. A proposta é que se faça um restaurante, e que se faça um polo desportivo. O polidesportivo não é necessário, e não existe, para já, utilização prevista. Agora, o restaurante, de facto é, e quem consultar a página do Facebook, fundamentalmente esta associação é um restaurante que vende bilhetes para os jogos do Benfica, pelo menos daquilo que anunciam. E, nessa medida, parece-nos que será prioritário, com toda a frontalidade, uma sede para o Seixal Futebol Clube, que tem outros pergaminhos, ou Seixal 1925, como preferirem, mas que tem outros pergaminhos no concelho do Seixal, na freguesia do Seixal, nomeadamente, e que tem outra envolvência de jovens, e um papel mais preponderante, naquilo que é a atividade desportiva, e na formação desportiva dos nossos jovens. Também clube sem sede, mas outros haverá, certamente, que quanto a isso, que não é demonstrada a necessidade, e enfim, trata-se dum investimento avultado, e não é exatamente demonstrada nesta proposta. E, portanto, face a isto, o Partido Socialista, votará contra. Disse.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Nuno Capucha, se faz favor.”

Nuno Capucha do CH, disse: “Muito bem. Eu quero recordar ao senhor presidente da Câmara, uma publicação no Facebook, eu creio que ela foi feita, eu arqueei em agosto, e, portanto, terá sido feita durante o mês de agosto, na segunda quinzena do mês de agosto. E eu vou ler o texto dessa publicação. – “Nova sede, para a casa do Benfica do Seixal. Reunimos hoje com a direção da Associação Desportiva e Recreativa Benfiquista, Casa do Benfica do Seixal, com o objetivo de



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

avancarmos para a construção da nova sede – A casa do Benfica do Seixal. Assim, fica assente o apoio do município do Seixal, para a cedência de terreno, e para identificar a nova sede desta coletividade que irá iniciar em breve. O edifício é em madeira, e terá uma área coberta de 500m², e será implantado numa localização excecional junto à baía do Seixal. Iremos apoiar, financeiramente esta construção, no valor de cerca de setecentos e cinquenta mil euros, para além da cedência do terreno. Desconhecemos...” Ah! Este valor de setecentos e cinquenta mil euros, foi depois retirado do Facebook, passado umas horas, dado a indignação suscitada. E eu recordo a indignação, porquê? Existe a indignação porque a Câmara Municipal do Seixal, ajudou o Sporting, que também é uma Casa do Sporting, chamemos-lhe assim, aqui no Seixal. Somado com a casa do Benfica, o valor dá, mais ou menos, um milhão e meio de euros, fora o terreno, cujo valor eu, sinceramente, e não sei se o problema foi meu, sinceramente, desconheço. E é por esta razão que nós somos frontalmente contra, como, por exemplo, referiu o Samuel Cruz, quando o Seixal 1925, precisa duma sede, ou quando é negada até a uma associação, como a Associação – Dá-me a tua mão, e quando até um pequeno barracão de madeira, foi negado, isto na assembleia da União de Freguesias Seixal, Arrentela, e Aldeia de Paio Pires, portanto, nestas pequenas coisas que são negadas, mas que depois para o Benfica, ou para o Sporting, porque a importância eleitoral destes clubes é grande, a unidade a um milhão. Disse.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Tem a palavra o Rui Belchior. Faça o favor, Rui.”

Rui Belchior do PSD, disse: “Obrigado, senhor presidente, mais uma vez, e boa noite a todos. Bem, de facto, nós corroboramos alguns dos elementos que já foram aqui adiantados, e não conseguimos compreender, desde logo, a dimensão de 6210 metros, atendendo que o preço por m², no Seixal, neste momento, é de 1827,00€, e como diria o outro – É fazer as contas. E isto é só a cedência do terreno. Depois ainda há a construção da tal sede que já referiu aí o Nuno Capucha, na ordem daqueles valores que já foram adiantados. E perguntamos nós, a troco do quê? Porque esta associação sim, daquilo que se conseguiu perceber, até porque desta deliberação, a aprovação não refere, é completamente vaga em aspetos essenciais, na nossa opinião. Não refere o número de atletas, as modalidades praticadas, o número de sócios, e nós, daquilo que conseguimos perceber, tem cento e dez atletas. Não sabemos se exclusivamente na modalidade de atletismo, se de futsal, se não tem. E isso, de facto, não resulta claro, nem com nenhuma nitidez, aquilo que são as páginas oficiais desta entidade. O que resulta, com clareza, é que esta associação, ou esta casa do Benfica, tem duzentos e cinquenta e cinco sócios. E, portanto, nós consideramos que a dimensão desta casa, ou desta associação, não justifica, de todo, tal investimento do município, e, portanto, nós até consideramos esta lógica, esta dinâmica, completamente incompreensível, em comparação com outros clubes, e outras associações, e não me levarão a mal eu dizer, quer dizer, enfim – apoiar, se me apoiar. No fundo, é um pouco isto. E eu já aqui o disse, e volto a referir, porque nós, de facto, não temos nenhum temor em fazer essa afirmação, tem sido a estratégia da CDU, deste executivo ao longo dos anos, a fazer blindar o movimento associativo, e tem sido isso, na nossa



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

opinião, tem sido o suporte eleitoral da CDU, e, portanto, continuam com a mesma estratégia, e tem resultado. A verdade é que tem resultado. Agora nós, não nos peçam, ou não peçam aos outros partidos, que patrocinem este tipo de motivações, com as quais nós não concordamos. É fazer as contas. Não é possível, 6210 metros, não é possível aceitar isto. Muito obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Tem a palavra o Armando Farias. Faça o favor.”

Armando Farias da CDU, disse: “Obrigado, senhor presidente. Pensamos que o que importa aqui avaliar é quanto ao mérito da proposta, é saber se a proposta corresponde ao desígnio que tem sido seguido pela autarquia do Seixal, o desígnio do – Desporto para todos. Numa estratégia de construção de inúmeros projetos desportivos, em parceria com as escolas, movimento associativo e instituições, e decorrente desta estratégia, o concelho, desde há muito tempo, que atingiu o patamar de excelência, que, aliás, é reconhecido em todo o país, e que se consubstancia nos mais elevados índices de prática desportiva, a nível nacional. Portanto, isto em relação ao mérito da proposta, nesta conceção do – Desporto para todos, pensamos que é perfeitamente justificada. Depois, é saber se é uma proposta equilibrada, tendo em conta os apoios que a autarquia concede ao movimento associativo, nomeadamente ao desportivo, e ao das instituições deste âmbito. E também aí nós pensamos que sim, que é uma proposta equilibrada, não é? Nós lembramos, por exemplo, que a autarquia, só para falar no último mandato, tem tido apoios muito diversos, e abrangentes a construção de sedes sociais, a cedência de instalações, e equipamentos complementares, a cedência de terrenos, a comparticipação financeira, a projetos de modalidades, ou práticas desportivas. A este propósito, referimos apenas como exemplo a construção de quatro pavilhões desportivos, a continuidade de investimento à requalificação dos apoios aos projetos desportivos, e de apoios aos projetos, e iniciativas de tipo desportivo, e a de mais e melhores postos dos clubes para a população, como seja a construção do Complexo Desportivo do Pinhal do General, a conclusão do Centro Náutico da Amora, a construção do Centro Náutico do Seixal, os apoios ao (Imperceptível) Paio Pires, e ao Complexo Desportivo de Vale de Milhaços, enfim, entre muitos outros exemplos. Portanto, pensamos que não pode haver discriminação de nenhuma dessas instituições, e não pode haver desequilíbrios. E nós consideramos que a proposta está fundamentada, está justificada, e é nesse sentido que apoiamos a proposta. Obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Tem a palavra o Mário Macedo. Faça o favor, Mário.”

Mário Macedo do BE, disse: “Olá, boa noite, novamente. Esta minha intervenção é mais de dúvidas, questões, do que propriamente afirmações. Nós achamos que veio pouca informação, em conjunto com este ponto, e custa-nos tomar uma decisão informada, sobre este ponto. Ora bem, o senhor deputado Armando, falou agora sobre os vários exemplos que a Câmara tem feito, e agido,



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

e diz que devemos agir da mesma forma. Eu pergunto é se estes terrenos todos públicos que a Câmara está a ceder às coletividades privadas, qual é que é o retorno depois para as pessoas, para os munícipes? Porque o que me está a parecer é que isto depois fica apenas para ser utilizado pelos sócios das coletividades, e não por todas as pessoas. A nós, faria sentido se a Câmara cede, e depois ajuda, ou constrói mesmo a infraestrutura, faz sentido que além da própria coletividade utilizar as infraestruturas, as próprias pessoas, possam ter acesso a estas infraestruturas. E o exemplo que deu sobre o Clube Náutico, é um bom exemplo. No fundo, nós concessionámos a dois clubes privados, o acesso a uma zona nobre do município, à beira rio. E, por isso, eu aqui quero repetir e reiterar que isto devia-nos ter sido cedido com mais informação, e quero expressar a nossa maior preocupação por esta forma sistemática de agir. Obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Pergunto se há mais intervenções em relação a esta proposta? Não há registo de mais intervenções? É isso, confirma-se isso? Tem a palavra o senhor presidente da Câmara. Faça o favor, senhor presidente.”

O Presidente da Câmara Municipal, disse: “Muito obrigado. Antes de mais, quero pedir desculpa, porque não ouvi todas as intervenções. Estive aqui com um problema com o telemóvel, e não ouvi todas as intervenções. Portanto, se há alguma questão, que não virem como respondida, eu peço desculpa, mas, se no entanto, se o senhor presidente da assembleia assim o entender, poderei novamente fazê-lo, se algo que eu disser não versar todas as intervenções. A primeira nota é também minha, de alguma surpresa, porque tive uma reunião com os líderes no âmbito da comissão específica da assembleia municipal, no âmbito da preparação desta assembleia, e nada me foi perguntado relativamente a esta questão, em termos de falta de informação, por isso, gostaria que essas reuniões pudessem ter esse conteúdo de esclarecimento informativo, até para que não se colocasse nenhuma questão relativamente à falta de informação, ou essa deliberação poderia fazê-lo, e é o meu dever fazê-lo sempre, aos seus eleitos da Assembleia Municipal. Isto é um primeiro aspeto. Depois, num segundo, de facto, a Câmara Municipal, continua a apoiar as coletividades, tal como continua a apoiar as instituições sociais, tal como continua a apoiar um conjunto de outras que fazem, portanto, mexer o concelho, e que são servidores do concelho, do ponto de vista do que são os serviços, tanto como os desportivos, sociais, os culturais, como outros. E aquilo que temos vindo a colocar é que o que defendemos, e o que praticamos, é que temos de ter instituições fortes. Não podemos ter uma Câmara Municipal, com capacidade, temos também de ter instituições educativas com capacidades sociais, desportivas, culturais, de saúde. O concelho tem de ter essas respostas qualificadas, do ponto de vista do serviço ao cidadão. E, por isso, esta nossa proposta insere-se nesse quadro. Ou seja, não há aqui nenhuma primazia perante esta coletividade, só por ter um nome – Casa do Benfica, antes pelo contrário. Aliás, muito antes vieram outras intervenções e se seguirão outras. Decorre dum processo normal, duma dinâmica de apoio que a Câmara Municipal tem promovido, e que decorre não só do nosso apoio e essencialmente também da própria iniciativa da instituição, e, neste caso, desta associação. Sobre



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

o Seixal 1925, que foi versado, julgo eu, o Seixal 1925, teve, por esta Câmara Municipal, um novo estádio, uma requalificação importantíssima do seu pavilhão do basquetebol, entre muitas outras intervenções que fazemos de apoio e de qualificação, e que vamos continuar. O mesmo no âmbito social, e, há pouco, ouvi, pela primeira vez, uma questão, com a associação - Dá-me a tua mão. Aliás, foi uma associação que eu penso que nós até fornecemos uma viatura, demos uma participação importante numa viatura de apoio às pessoas carenciadas, que esta associação presta serviço, e claro que se for necessário mais, cá estaremos para ponderar apoiar esta associação, tal como com outras. Por isso, eu gostaria de afastar completamente esta ideia de algum privilégio, ou de alguma situação, que venha a colocar alguma espécie de fator negativo sobre esta associação. Esta associação, é igual a todas as outras, nem mais, nem menos. E, por isso, eu não entendo esta diferenciação dos senhores eleitos aqui colocaram como se fosse diferente, quando não é. É uma associação exatamente igual às outras. E tal como é exatamente igual às outras, o retorno que existe para a população, é, de facto, a prestação de serviços que essa associação faz. Colocando a questão como o exemplo às atividades náuticas, é nosso objetivo que a baía do Seixal, tenha uma utilização também desportiva. Quem é que está em melhores condições de o fazer? São as coletividades náuticas, que precisam de infraestruturas para o fazer. Precisam de espaço, e de apoio, de instalações, e de equipamentos, e de enquadramento técnico, para que as nossas crianças e jovens, possam desenvolver essas modalidades. Para si, do ponto de vista físico, intelectual, mas também em termos coletivos. E é isso que está a acontecer no nosso município, utilizando a baía do Seixal, com um Centro Náutico, em construção, e com um próximo que vai ser construído. Qual é o benefício? O meu filho, o seu filho, os nossos netos, seja quem for, os nossos jovens, poderem usufruir no concelho do Seixal destas modalidades, e de se afirmar em termos pessoais e coletivos. Essa é uma mais-valia para todos. Porque senão, às tantas, porquê ter uma escola, porquê ter um Centro de Saúde, não é? Uma coletividade tem uma importantíssima função, social, acima de tudo, comunitária, e depois podemos dizer desportiva, ou cultural, ou recreativa. Por isso, gostava de chamar a atenção para a importância do movimento associativo popular, e também dos seus dirigentes que são benévolos. Estamos a falar de homens, mulheres e jovens deste concelho que nada ganham por estarem na coordenação, na liderança destas instituições para os quais são eleitos. São eleitos locais sem remuneração, são voluntários, e devem merecer o nosso apoio. Não percebo esta forma discriminatória, como, aparentemente foi exposta, por parte de alguns senhores eleitos da Assembleia Municipal, relativamente quer a estas pessoas, quer também a estas instituições. Por isso, dizer que com a forma como entendemos a cedência deste terreno, é igual com o que fizemos com o Amora Futebol Clube, é igual com o que fizemos com outras coletividades do concelho do Seixal, com cedências dos terrenos, para que, de facto, possam fazer valer aquilo que são respostas sociais, desportivas, e culturais à nossa população. Não percebo, sinceramente, porque é que este caso é diferente, a não ser que só por ter o nome, Benfica, associado a esta associação, seja essa a forma diferente. Se isso acontecer, penso que estamos perante uma enorme justiça, porque esta coletividade apenas tem este título,



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

mas nada tem a ver com o clube Benfica. É uma associação privada do concelho do Seixal. É uma associação desportiva do concelho do Seixal, e não tem nenhuma questão relacionada, não há nenhum vínculo relacionado com o Sport Lisboa Benfica, tal como a do Sporting, que também não tem nenhum vínculo com o Sporting Clube de Portugal. Por isso, acho que falta conhecimento por parte dos senhores eleitos da realidade concreta, da realidade desta deliberação, daquilo que estamos a deliberar, no sentido de conseguirmos ter uma coletividade que dê uma melhor resposta à população. Esse é o nosso objetivo, e não é outro. Por isso, se há aqui tentativas de instrumentalização, podemos observar os líderes partidários, o partido Chega a utilizar o Benfica, para ter visibilidade nos canais de comunicação. Isso sim, é instrumentalização dos clubes, em prol dum projeto, em prol duma pessoa. Não é a nossa forma de estar. A nossa forma de estar é diferente. É idêntica em todas as situações, para todas as coletividades, portanto, apoios idênticos para todos, no quadro do que tem sido a normalidade. Esta deliberação, é idêntica, a tantas outras que já fizemos, e que aprovamos, e que será idêntica a muitas outras que já fizemos e que aprovamos, e será idêntica a muitas outras que iremos propor a esta Assembleia Municipal, se houver essa aprovação. Obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Obrigado, senhor presidente da Câmara. E como o senhor presidente referiu com uma dificuldade em termos da sua comunicação, e, neste caso, de ter ouvido todas as intervenções, e para que não fique alguma questão por colocar, eu pergunto se há, e abrimos aqui neste quadro, porque houve, de facto, este problema técnico, e sempre que houver, faremos assim, e, portanto, abro aqui um novo espaço de intervenções, para quem o pretender fazer. Nuno Capucha, defesa da honra. Portanto, defesa da honra, dois minutos.”

Nuno Capucha do CH em defesa da honra, disse: “Senhor presidente da Câmara Municipal do Seixal, o senhor refere-se certamente ao Chega, ao facto do Sr. André Ventura, ser conhecido através da TV, como adepto do Benfica, e como comentador desportivo. O que aconteceu, antes da sua eleição para a Assembleia da República, e antes da formação do partido Chega, e, portanto, não queira conduzir esta conversa com desonestidade intelectual, como se os nomes não importassem. O facto de haver um núcleo do Sporting, o senhor quer nos convencer que qualquer núcleo, consegue uma casa interferente, para a baía do Seixal, com um valor de construção, e eu não me quero enganar nos números, que é um número absurdamente alto para um espaço tão pequeno, que ultrapassa os seiscentos mil euros, e só estamos a falar apenas da construção, e não do terreno, somados a esta Casa do Benfica, temos perto de um milhão e meio de euros. E o senhor traz para esta conversa, mistura várias coisas com os desportos náuticos, e ainda bem que apoia os desportos náuticos, mas também digo-lhe que eu, enquanto antigo praticante dos desportos náuticos, os desportos náuticos, partem muito do investimento dos próprios atletas. Portanto, senhor presidente da Câmara Municipal do Seixal, não misture as coisas, de maneira a criar um artifício, um fogo-de-artifício verbal, que não, de facto, estes núcleos, estas casas que



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

estão ligados aos grandes clubes de Portugal, e, por isso, sim, canalizam um investimento público, que outros não têm acesso. Disse.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Fátima Carvalho, se faz favor.”

Fátima Carvalho do PS, disse: “Muito boa noite, cumprimento todos da mesa, na pessoa do senhor presidente, todos os eleitos, Vereadores, e funcionários que nos acompanham, e com muita pena não cumprimento os munícipes, porque infelizmente no Seixal, as transmissões *online*, ainda não são uma realidade. Relativamente a esta questão de cedência, e apoio na construção destes equipamentos, para a Casa do Benfica, não vou novamente referir questões importantes, que foram aqui já levantadas e que a ver obviamente, com o mérito da proposta, as prioridades, a própria insuficiência de informações sobre este processo, mas questiono, senhor presidente, se os órgãos eleitos não deverão ser respeitados, e quanto a isso, pedia-lhe algum recato. Lembro que esta notícia, saiu na comunicação social, a 19 de agosto, de 2021, e estamos hoje a 28 de dezembro, na Assembleia Municipal, a pronunciar-nos sobre ela. Sei também que já foi alvo de discussão na nossa Câmara Municipal, mas a Assembleia Municipal, exige também o seu respeito. Disse.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Tem a palavra o Samuel Cruz. Faça o favor.”

Samuel Cruz do PS, disse: “Muito obrigado, senhor presidente. Esta intervenção, não o sendo, é quase que como uma defesa da honra. E como uma defesa da honra, não me parece correto, a intervenção do senhor presidente da Câmara, que diz que estranha quando os líderes não tenham feito nenhuma questão sobre este ponto em concreto. Ou não estivemos na mesma reunião, ou então não há nada que estranhar. Foi marcada uma única reunião, para as 18h00, ou 18h30, já não me recordo bem, com término às 20h30, por impedimento do senhor presidente da Assembleia Municipal, para nos dizer todos os pontos da ordem de trabalhos de hoje, e todos os pontos da ordem de trabalhos de amanhã. E, em concreto, a documentação foi disponibilizada no próprio dia, imediatamente antes da reunião, e, em concreto, este ponto o senhor presidente da Câmara, nem sequer o apresentou, não falou nele. E, portanto, estranho que neste quadro que tivesse havido um grande debate em sede de reunião de comissão sobre este assunto. E apenas digo isso, porque (Imperceptível) coação, mas aproveito para, de facto, pedir, em especial ao senhor presidente da Assembleia Municipal, outra metodologia. Porque assim, de facto, não temos, enfim, é difícil de trabalhar. Ninguém é super-homem, as pessoas trabalham, e têm de ter outro modelo, porque não é justo sermos acusados assim por parte do senhor presidente da Câmara, de falta de zelo, porque, de facto, não é isso que está em causa. Disse.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Eu inscrevi-me também, e faço agora, contando o tempo da CDU, para breves notas. A primeira, tem a ver com a reunião de líderes. A reunião de



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

líderes, não terminou às 20h30, por impedimento do presidente. Terminou porque estava esgotado, porque não havia mais questões. Em relação à ordem de trabalhos, sendo certo que foram suscitadas outras que não estavam na ordem de trabalhos. E, portanto, terão uma reunião agendada, que tem a ver com questões nomeadamente regimentais, ou melhor da elaboração de um novo regimento. E, portanto, creio que até o Samuel Cruz, referiu que a não haver mais questões, que também lhe dava jeito que a reunião terminasse. E terminou, porque não houve intervenções, não houve mais intervenções, ou questões colocadas por parte dos líderes municipais. Depois, a outra nota é aquela que já aqui foi dita, nomeadamente na intervenção do senhor presidente da Câmara, que é: nós estamos num concelho, num município, cuja política de apoio ao movimento associativo, e movimento associativo, que tem dezenas, de milhares de sócios, e dezenas, e eu não sei se mais do que uma centena de praticantes nas várias modalidades, presta um serviço inestimável à população em termos culturais, desportivos e sociais. E, portanto, a política do município, ao longo dos anos e esta proposta que vem aqui é exatamente no quadro do que tem sido coerentemente essa política, na linha da frente do país, indiscutivelmente, mas servindo a população do concelho. Aliás, as coletividades tendo sócios, estão abertas a toda a população, como todos sabem. Todos os senhores membros da assembleia sabem que as coletividades, não têm, digamos, uma fronteira, uma barreira entre os que são associados, e a abertura à população que pode praticar modalidades, as atividades, não é? Portanto, há uma política, é verdade diferente de outros, que tem sido de enorme importância para qualidade de vida da população. E, portanto, essa proposta vem na mesma linha, de apoio ao movimento associativo, não é? Depois, a outra nota é a de precisão que é importante ter, não é? E na intervenção do Rui Belchior ele refere que os 6000m², portanto, um pouco mais, que estão nesta proposta em termos de cedência, se contabilizam 1.800,00€ o m². Ora, isto é perfeitamente enganoso, não é? Porque esse pode ser um valor de referência para a construção, para os terrenos da construção na área do imobiliário, mas estamos a falar numa área de equipamento, cujos os valores são substancialmente mais baixos. Como todos sabemos, e como sabe o Rui Belchior, que, ainda por cima, é advogado, portanto, é importante sermos precisos nestas coisas, não é, na minha opinião, evidentemente. E depois, uma nota final, eu creio que não fica bem, e aqui, novamente para o Rui Belchior, que tem utilizado isto sistematicamente, dizer que a CDU, em termos eleitorais, que usa o movimento associativo. Eu pergunto-lhe se o senhor, na qualidade de dirigente associativo do Amora Futebol Clube, se foi usado? E, portanto, se o apoio ao Amora Futebol Clube, não foi um apoio, para um clube que tem uma atividade importante, e uma vez mais, dum movimento associativo que serve a população. Isto não fica bem, não é, quer dizer. E até um atestado de menoridade, à população que votou na CDU. Que votou, e que votou maioritariamente. A CDU ganhou as eleições. E, portanto, não fica bem este atestado de menoridade democrático, aos votantes de menoridade democrático, aos votantes da CDU, e não lhe fica bem, quero-lhe dizer, com toda a transparência, a si, enquanto até, além de membro da Assembleia Municipal, dirigente do Amora Futebol Clube, que é um exemplo em termos de



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

movimento associativo do concelho, e de apoio da Câmara Municipal. Não havendo mais inscrições, tem a palavra o senhor presidente da Câmara, porque fizemos uma nova ronda, pelas razões apontadas. Senhor presidente, faça o favor.”

O Presidente da Câmara Municipal, disse: “Obrigado, senhor presidente. Bom, eu gostava de dizer que o investimento público da Câmara Municipal, em termos do que são as coletividades, tem sido bastante eclético. Aliás, se verificarmos um pouco por aquilo que tem acontecido por todo o concelho em termos de investimento em infraestruturação, de apoio a coletividades, tem sido, não há nenhuma coletividade no concelho que não tenha tido o apoio da Câmara Municipal. Uns, claro, quando de maior expressão quando falamos de novos equipamentos, e outros com menor expressão, em termos de requalificação, ou até de apoio a viaturas, ou noutra tipo de situações. No entanto, dizer, por isso, que rejeito essa ideia que canalizamos dinheiro de investimento público, para clubes, como o Sporting, ou para o Benfica. Não é esta Câmara Municipal que o faz, mas talvez outras Câmaras Municipais, de maioria PS, e o PSD, o tenham feito. Depois, em segundo lugar, o timing desta deliberação, é perfeitamente tempestivo. Aliás, a Câmara Municipal, tem uma decisão, e tomou decisões relativamente ao apoio da construção duma sede. Essa é a decisão da Câmara Municipal. Outra coisa tem a ver com a questão da cedência do terreno, que é da competência da Assembleia Municipal, e é isso que consta da deliberação. Por isso, não há aqui nenhum desfasamento temporal, relativamente àquilo que é a função da Câmara, e àquilo que é a função da Assembleia Municipal, que se pronunciará favoravelmente, ou não, isso dependerá da evolução ao longo deste processo. Agora, gostaria que ficasse muito claro, que não há aqui nenhuma questão de privilégio desta coletividade, em detrimento de outras, porque, aliás, se houvesse, este processo já tinha sido tratado há muito mais tempo do que estamos no presente. Obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Rui Belchior, faça favor.”

Rui Belchior PSD em defesa da honra, disse: “Senhor presidente, dirijo-me diretamente, a si, porque o senhor presidente me visou, e não considero que seja visar, mas fez umas observações, e eu agora tenho que me defender, digamos assim. Então, a questão do valor, e eu também não passo nenhum atestado de menoridade aos eleitos, e eles, naturalmente que sabem bem distinguir o valor da construção, do valor dos equipamentos, etc... O valor que foi indicado, naturalmente que é à míngua de outros valores. Não vem o valor patrimonial deste terreno, não vem nenhuma indicação, não temos nenhum valor aproximado, e daí a referência a este valor de 1827,00€ por m². E ainda bem que não é este valor. Porque se fosse então, não sei quantos milhões estaríamos aqui a fazer face. Depois, vamos lá ver. Eu ainda não comparo o Amora Futebol Clube, clube centenário, com seiscentos e tal atletas, e com o devido respeito, com outros clubes que têm cem atletas, e duzentos sócios, e que têm, segundo consta 14 anos de existência formal. Portanto, eu também não comparo. Mas já que fala nisso, não posso deixar de perder a



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

oportunidade, embora, eu não esteja aqui na qualidade de dirigente do Amora, que até já nem sou, neste momento, sou presidente da mesa da assembleia geral, mas tenho que dizer o seguinte, e a propósito daquilo que, há pouco, disse o presidente na questão do apoio. Na verdade é que o Amora, a quem lhe foi prometida a utilização dum espaço para poder jogar no seu campeonato, e aliás, é o único representante, em campeonatos nacionais, no futebol do concelho, é o Amora, e que, infelizmente, esse tal apoio que tem sido aí referido não lhe foi concedido, e o Amora tem que andar a jogar em Óbidos, e já jogou em Oliveira de Azeméis. Pronto. E ninguém nos tira da ideia, e agora desculpe lá a minha franqueza também, que isto é tudo uma questão ideológica, que tem a ver com a SAD, e ainda tem a ver com outra coisa, que, para mim, é ainda mais preocupante, e nós sabemos que foi assim. Podem é agora as pessoas negarem, e dizer que é mentira. Mas nós sabemos, porque nós também temos as nossas informações. Foi pelo simples facto do presidente do Amora ter ousado não apoiar formalmente a CDU para estas eleições. E a partir daqui nem um telefone se atendeu mais. Por isso é que eu, há pouco, comecei por dizer – “Apoiar, quem me apoia.” E, portanto, esta é uma verdade incontornável.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Então, vamos colocar à votação. Não sei se já está tudo. Já votaram todos? Vamos lá ver. O Chega tem uma abstenção.

Nuno Capucha do Chega disse: “É isso. Temos posições diferenciadas, e, portanto, o meu voto, e já vou colocar agora o meu voto, e que contará como voto contra.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Estão todos, certo, em termos de votação? E, portanto, temos contra: o PS, o PSD, e 1 voto do Chega, que dá 17. Dá 16? Não, dá 17. 16, 16. Depois, temos a abstenção do Bloco de Esquerda, do PAN, e 2 abstenções do Chega, e os votos a favor da CDU. O que significa que, e vou repetir: CDU – 16; abstenções do PAN, do Bloco de Esquerda, e 2 do Chega, e contra: PSD, PS, e 1 do Chega. E, portanto, o resultado dos votos é: 16 votos a favor, 16 contra, e 5 abstenções. E, nesse quadro, a proposta é aprovada com o voto de qualidade do presidente da Assembleia, regimentais, e legais, como é evidente. Alguma declaração de voto? Pergunto se há declarações de voto? Não registo declarações de voto.”

Aprovada a Deliberação nº 54/XIII/2021 por maioria e em minuta, através do voto de qualidade do Presidente da Assembleia, com:

Dezasseis (16) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16

Dezasseis (16) votos contra dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

- Do grupo municipal do CH: 1

Cinco (5) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do CH: 2
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do PAN: 1

II.4. Receitas Municipais. Fixação do valor da taxa do imposto municipal sobre imóveis (IMI), nos termos da alínea d) do n.º 1 do art. 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e alínea a) do art. 14.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro. Aprovação.

(Documento anexo à Ata com o número 10).

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Passamos para o ponto seguinte, que é o ponto 24 “Receitas municipais, fixação do valor da taxa do imposto municipal, sobre o imóvel, nos termos do quadro legal.”, Portanto, dou a palavra ao senhor presidente da Câmara. Faça o favor.”

O Presidente da Câmara Municipal, disse: “Muito obrigado, senhor presidente. Bom, o imposto municipal sobre imóveis, é um imposto que abrange todos os proprietários de imóveis, no concelho do Seixal, e nessa perspetiva, o que temos vindo a trabalhar, é podermos indo exonerando, ano após ano, o valor desta taxa de modo a que consigamos ir libertando aquilo que são os custos das famílias, e ao mesmo tempo, não penalizarmos excessivamente aquilo que são as comodidades orçamentais do município, fazendo desequilibrar as contas do município. Este é o 7.º ano consecutivo, em que propomos a redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis, e ao mesmo tempo, a Câmara Municipal tem conseguido exercícios positivos, com, não só o aumento do investimento público, como também a redução do próprio endividamento. Isto se, excetuarmos a aquisição dos dois edifícios, um em 2018, e um outro em 2021, mas que são, de facto, situações pontuais, mas que, de facto, demonstram essa redução enorme de dívida, comparativamente com o período de 2012. Por isso, para o próximo ano, foi consensualizada uma proposta, no quadro do que tem sido a tradição democrática deste executivo, de auscultação de todos os partidos e da integração de todas as propostas. E, de facto, perante aquilo que foram as manifestações, por parte do PSD, do Bloco de Esquerda, também do Partido Socialista, no sentido da redução, e do PAN, mesmo com o partido Chega, entendemos que seria possível avançarmos com uma redução maior do que aquela que inicialmente tínhamos previsto, porque vamos descer 1,5 (um ponto e meio), e isso significa em termos, “traço grosso”, uma redução de receita na Câmara Municipal, na ordem de um milhão e meio de euros, por ano. No entanto, parece-nos que, como temos o objetivo de chegar ao final deste mandato de 2025, se não com a taxa mínima, muito perto dessa taxa mínima, consideramos, de facto, este valor, esta redução que vamos fazer para 2022, será, de facto, relevante para esse objetivo, que é, de facto, desonerar, e ir desonerando aquilo que são os



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

custos das famílias, com a redução deste imposto sobre imóveis. Aprecia-se registar que com a CDU, com estas e as outras forças políticas, conseguimos um quadro de entendimento, que levou a uma aprovação por unanimidade na Câmara Municipal, e que eu gostaria aqui de destacar, que é muito positivo, quando vemos municípios aqui ao lado, como a Câmara de Almada, que em quatro anos de governação do PS, não desceu o IMI, uma única vez. E assim se vê que, de facto, a CDU, tem uma política muito mais aberta do ponto de vista daquilo que são a concertação de esforços, no sentido de conseguirmos fatores positivos para a população, e eu gostaria de enaltecer, e agradecer muito, a todos os partidos que contribuíram em muito, para este desfecho favorável. Temos uma aprovação, por unanimidade, na Câmara Municipal, uma nova taxa de IMI, de 0,35 (zero, trinta e cinco), com uma descida de 1,5 (um, ponto e meio), e que foi da conjugação de todos os pontos de vista, e eu penso que quando a democracia funciona da forma como funcionou para esta deliberação, penso que estamos no bom caminho. Muito obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Obrigado, senhor presidente da Câmara. Passamos ao período de intervenções. Pergunto quem é que pretende intervir? Há aqui uma intervenção do Samuel Cruz. Bom, mas depois temos outras a seguir, mas ponto de ordem à mesa. Samuel Cruz, faça o favor.”

Samuel Cruz, do PS disse: “Muito obrigado, senhor presidente. Eu vou fazer uma intervenção que não é estranha aos senhores líderes, mas, enfim, aos restantes membros da assembleia, poderá ser um pouco, e que é o seguinte: No período que antecedeu a esta assembleia, o Partido Socialista, apresentou uma proposta de alteração à proposta que tinha da Câmara de IMI. Pronto. Desde já, esclarecer esta situação que é importante, e o Partido Socialista, na Assembleia Municipal, fê-lo, em consequência de na Câmara Municipal, ter votado a favor com uma declaração de voto, e informou imediatamente que na Assembleia Municipal, o ia fazer. E isto aconteceu assim, porque o senhor presidente da Câmara, de facto, não foi criada ainda um espaço, não aceita as propostas dos partidos, parece que alguém está obrigado, mas, enfim, é algo que ainda não resolvemos. E, portanto, o Partido Socialista apresentou essa proposta no dia imediato a que esta assembleia foi convocada. Ontem, houve um parecer, primeiro do Doutor João Coutinho, e hoje de manhã, uma decisão da mesa da Assembleia Municipal, que, grosso modo, diz que não aceita a proposta de alteração do Partido Socialista, porque o Partido Socialista, porque isso iria alterar o orçamento municipal. Ora, não é verdade. Alterou o IMI, e o orçamento municipal é da responsabilidade da Câmara, é uma previsão, e se a previsão não for cumprida, nada acontece, mas sempre será da responsabilidade do executivo, fazer alterações orçamentais, ou modificar o orçamento que está em discussão, nessa altura. E diga-se, senão, de outra forma, conhecendo todos, que Assembleia Municipal, tem a capacidade de alterar as propostas de IMI, que vêm da Câmara, e que são propostas pela Câmara, se durante todo este mandato fosse seguida esta metodologia de votar as taxas, e orçamento no mesmo dia, a partir daí, a Assembleia Municipal, estaria amputada, dessa sua competência que é alterar as taxas de IMI. Mas isso é pouco



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

relevante. Ou melhor, não é relevante agora a discussão, em si, o que é relevante é que deveremos discutir tudo com grande abertura, entre nós, e, portanto, esta minha intervenção, e este ponto de ordem, à mesa, que eu faço é para nos termos conjugados, do Artigo 29, número 3, da lei/75, de 2003, como todos sabem é a lei que estabelece o regime de funcionamento dos órgãos das autarquias locais, o Artigo 29, número 3, estabelece que das deliberações da mesa, da Assembleia Municipal, cabe o recurso para o plenário. Também no Artigo 6, do regimento, estabelece que das decisões da mesa, e do respetivo presidente, cabe o recurso para o plenário da Assembleia Municipal. E, portanto, é nessa medida que uso da palavra para pedir o recurso para o plenário, da discussão, da recusa da proposta do Partido Socialista, para que ela possa ser admitida, e depois então, discutida. Disse, senhor presidente.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Em relação a esta interpelação à mesa, que é regimental, por parte do eleito Samuel Cruz, portanto, a primeira consideração, e a mesa tomou uma decisão no quadro das suas competências. No quadro das competências, que está consignada na lei das autarquias locais, no 75, de 2013, e no regimento da Assembleia Municipal. E, portanto, no entendimento da mesa, é também no quadro legal, que a admissão desta proposta, destas, porque foram duas propostas, não é, uma do IMI, e outra do IRS, iria modificar, se fossem aprovadas, porque eram alterações das propostas da Câmara, e significariam uma modificação do orçamento, neste caso, no que se refere à receita, que é disso que estamos a falar, e o 75 de 2013, veda isso, a possibilidade de alteração de propostas. Mas isto foi o que foi respondido ao eleito Samuel Cruz, com conhecimento aos líderes, esta deliberação da mesa da Assembleia Municipal, repito, no quadro das suas competências, e isso significaria uma alteração do orçamento já aprovado pela Câmara, e que, aliás, irá ser apreciado amanhã. Portanto, não era uma proposta de alteração que não tivesse consequências. E sendo assim, como a Lei/75, de 2013, veda em termos de alteração de propostas da Câmara, é um dos pontos, há outros, onde está vedada, na repartição de competências, entre o órgão executivo, e o órgão deliberativo, a modificação orçamental, em qualquer quadro. Portanto, creio que esta questão é muito objetiva e muito clara, não é? Bom, foi este o entendimento da mesa, no quadro legal, e a lei é muito objetiva nesta matéria. No que se refere à questão agora colocada. Bom, se for esse o procedimento de na mesma, neste caso não é na mesma sessão da assembleia, é nas sessões sequenciais. Hoje são as taxas, e amanhã a apreciação das grandes opções do plano e do orçamento. O eleito Samuel Cruz, sabe bem, e, naturalmente creio que todos têm também esse entendimento, não é, mas fica aqui o esclarecimento de que este calendário tem a ver com o ano eleitoral, e que há eleições autárquicas, que a lei prevê. Portanto, os prazos, não podem ser os de anos em que não há eleições autárquicas, cuja apreciação é até 30 de setembro, como o eleito Samuel Cruz, sabe. Antes da aprovação, e elaboração do orçamento, das grandes opções do plano e do orçamento que têm também um calendário de apresentação pela Câmara Municipal, à Assembleia Municipal, até 30 de novembro. Bom, mas será que foi aqui no Seixal, que este procedimento, que teve a ver



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

com um calendário, que, naturalmente compete à Câmara, não é à Assembleia Municipal. Não é a Assembleia Municipal, que faz o calendário de funcionamento da Câmara, ainda por cima num período, que é único em termos de mandato, que só acontece uma vez, que é no ano eleitoral. O eleito Samuel Cruz, sabe disso. Bom, mas ainda ontem recebi, e só este apontamento, recebi, recebo aqui os presidentes das assembleias municipais, e enviam para as Assembleias Municipais, antes de mais, aqui em termos da região, a informação da sua atividade. Ainda ontem recebi, a título de exemplo, a de Alcochete, que até apreciou, no mesmo dia, em 18 de dezembro, é de Alcochete é a do Partido Socialista, não é, apreciou em 18 de dezembro, as taxas, os impostos que vamos hoje aqui apreciar, e as grandes opções do plano do orçamento, na mesma sessão da Assembleia Municipal, porquê? Por causa do calendário específico de ano eleitoral. Bom, segunda questão. Cabe em termos regimentais, recurso para plenário das decisões que está na lei, no 75 de 2013, como referiu, e no regimento, não é, e cabe o recurso para o plenário, bom, mas cabe o recurso para o plenário, com agendamento para o plenário, ao abrigo do 75 de 2013, e como bem sabe ao abrigo do Artigo 53, que define a ordem do dia. E na ordem do dia, para a Assembleia Municipal, ou o que está indicado para recursos, não é extemporâneo, tem de ser formalizado, não é formalizado oralmente, é formalizado formalmente e agendado, porque não há nada na lei que diga que não é assim. O que diz o 75 de 2013, é que cabe o regimento, é que cabe o recurso. Cabe o recurso, ele é apresentado, ele é agendado, nos prazos respetivos que a lei também define, tanto para as sessões ordinárias, como para as sessões extraordinárias. Define no Artigo 53, que, por acaso, o eleito Samuel Cruz, não citou aqui, não é? Bom, e sendo assim, não irá ser apreciado um recurso porque é extemporâneo. Em primeiro lugar porque não foi formalizado e tem de o ser. E em segundo lugar, a mesa agendará a sua apreciação, no calendário próprio, com os prazos, como é evidente, e na sessão da Assembleia Municipal, que tiver lugar no quadro da apresentação de recurso. Portanto, não irá haver aqui nenhuma apreciação do recurso, neste quadro. Próximas intervenções. Portanto, Maria João Louro, tem a palavra.”

Maria João Louro da CDU, disse: “Obrigada, senhor presidente. Boa noite a todos. A CDU trabalha continuamente na qualidade de vida dos munícipes, e a CDU trabalhou, e reafirmou no mandato passado, e cumpriu os compromissos assumidos com a população. Com um investimento na casa dos cem mil milhões de euros, em obras, mas também no apoio às famílias, através da redução do IMI, ou da fatura da água, e em todo o trabalho desenvolvido no combate à Covid 19. Desde 2015, ou seja, nos últimos sete anos, o executivo da CDU, da Câmara Municipal do Seixal, tem reduzido anualmente o IMI, sendo este o último ano consecutivo de redução do IMI, as taxas de 0,80 (zero, oitenta) para prédios rústicos, e 0,35 (zero, trinta e cinco), para prédios urbanos, traduzem-se em seis, três milhões de euros, de receitas que ficam nas famílias do concelho. A redução do IMI, traduz-se num desagravamento fiscal transversal a todos os proprietários de imóveis, no concelho do Seixal, de apoio às famílias, e com um critério de justiça. Disse.”



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

Samuel Cruz do PS ponto de ordem, disse: "Muito obrigado, senhor presidente. Enfim, eu não vou alongar-me, porque eu já percebi que há sempre uma razão para não termos discussão política, nesta casa. O Partido Socialista, o que me parece é que as decisões da mesa, são decisões de funcionamento, o recurso é imediato para o plenário, e a votação é imediata. Não tem de haver agendamento, num ponto de ordem de trabalhos, porque não é ponto da ordem de trabalhos, no nosso entendimento. Enfim, se o senhor presidente quiser esclarecer pedirá um parecer à CCCR. Senão, usará a força, como sempre tem feito até aqui, que é a sua forma de gerir esta casa. O Partido Socialista entende que tem direito, por um lado a requerer o recurso para o plenário e a ser votado de imediato. Por outro lado, não concorda com a posição de que consubstancia uma alteração ao orçamento. Não consubstancia nenhuma alteração ao orçamento, e essa interpretação é, do nosso ponto de vista, fantasioso. O orçamento é um instrumento previsional, e as previsões podem-se concretizar, ou não. Mas enfim dito isto, é o que o Partido Socialista o que tem a dizer, acha que, achamos, entendemos que os nossos direitos não estão a ser respeitados, e temos que agir da forma que entendemos adequada. Disse".

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Sem entrarmos aqui em diálogo, como é evidente, porque está esclarecido, e o entendimento da mesa, é no quadro legal."

Samuel Cruz, do PS disse: "Esclarecido, não está. Não estou convencido, e não estou esclarecido."

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Mas eu não estou aqui para o convencer, nem o senhor a mim, enquanto presidente da Assembleia Municipal. Que fique claro, não é? Isto não é um problema nem uma questão de convencimento. Isto é uma questão do quadro legal. E já disse, já foi dito aliás, na informação que prestei a partir da deliberação da decisão da mesa, que a lei não permite a modificação do orçamento. Está escrito. Primeira questão. Agora, não é o PS, nem é o Samuel Cruz que faz a lei. Não está de acordo. Meu amigo, olhe. Quer dizer, não pode é mudar a lei, nem está escrito em lado nenhum, que os recursos têm, ainda por cima verbalizados, e foi o caso, e no seu caso não entrou recurso nenhum na Assembleia Municipal, formalmente, não entrou, não é, que têm de ser apreciados de imediato, e isso não está escrito em lado nenhum. Em lado nenhum. Portanto, quem tiver dúvidas que consulte o 75 de 2013, e o regimento da assembleia, não é? Bom, e, portanto, nesse quadro o seu entendimento é esse. O nosso entendimento da mesa, em termos do quadro legal, e do que nos compete para assegurar o funcionamento da Assembleia Municipal do quadro legal, é esta. E fora disso, daí não saímos, e que fique claro. E, portanto, tem a palavra o Rui Belchior. Faça o favor."

Rui Belchior do PSD, disse: "Obrigado, senhor presidente. Só uma nota prévia para falar sobre este assunto. Era, de facto bom, que estas discussões que já vêm do mandato anterior, e há aqui dúvidas de parte a parte, embora o senhor presidente tenha falado com firmeza, e, portanto, não tem dúvidas. O Samuel levanta aqui algumas dúvidas. Eu próprio também tenho, a interpretação



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

que eu faço da lei, também tenho dúvidas, embora, de facto, o direito administrativo também não seja a minha especialidade. É preciso, noutra momento, perceber o que é que se pode fazer em redor disto. Não vamos andar aqui quatro anos nisto, ou em cada assembleia com estas situações que são de evitar. Bom, posto isto, a intervenção do Partido Social Democrata, no que diz respeito à taxa de IMI, para 2022, registamos com agrado, naturalmente, a redução para os 0,35%, bem como registamos um raro momento de flexibilidade e cedência deste executivo, e foi capaz de acomodar a taxa que foi proposta do PSD, e que, de resto, não constava no nosso programa eleitoral, pelo que esta taxa de IMI, agora proposta, ao encontro das pretensões do Partido Social Democrata, esta deliberação passará, naturalmente, pelo nosso voto favorável, o que contraria algumas menções e referências, em relação à nossa bancada de radicalismos, etc... Quando há discussão séria e objetiva, e concertação, e que nós percebemos, realmente, que há uma cedência de parte a parte, e cá estamos para dar o nosso contributo nesse sentido, e esta é a prova disso mesmo. No entanto, como já aliás, referimos esta noite, em nosso entender, não há este porém que o município continua a adiar, e provavelmente com estes intérpretes, e com estes protagonistas, continuará a adiar para sempre, até que, enfim, um dia, deixe de exercer funções, continuar a adiar a adesão do IMI familiar, que, quanto a nós, é traduzido num benefício fiscal para as famílias. Como já hoje aqui se disse, a grande esmagadora maioria dos municípios portugueses, já aderiram a esta medida, os duzentos e cinquenta e três municípios, gosto de sublinhar, sendo que não tendo dúvidas que continuará a crescer. Setúbal, por exemplo, já aprovou a medida, entre outros, no Seixal, enfim, inexplicavelmente perde-se mais uma oportunidade em implementar esta medida, quando esta era ainda mais necessária em face do quadro pandémico pelo qual atravessamos, e que muito tem estrangulado as famílias com a perda de emprego, e rendimentos. O Partido Social Democrata, não abandonará este objetivo, e no próximo ano insistirá pela adesão a esta medida do IMI familiar, que considera ser de elementar justiça social, ao contrário daquilo que tem sido afirmado pelo executivo. Como temos repetidamente referido, não há dinheiro público, o dinheiro que há, é o dinheiro das pessoas, pelo que é às pessoas que este deve ser devolvido. Muito obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Quer dizer, só uma referência. Ó Rui, uma referência a propósito de como é que estas questões que têm a ver com o funcionamento da assembleia, e no que se refere a este aspeto em concreto, que aqui foi colocado, e que teve este entendimento na mesa da assembleia, nós já vimos isso no início do mandato, em sede de elaboração do regimento para um novo mandato. Portanto, essa questão está vista entre nós. Quer dizer, mais, a Assembleia Municipal aprovou a constituição da comissão que coincide com os líderes municipais, para a elaboração do regimento para o novo mandato, porque até lá, mantém-se o regimento em vigor do mandato anterior. Aliás, como observação final, as propostas colocadas pelo eleito Samuel Cruz, não estão no quadro do atual regimento. Não estão no quadro do atual regimento. E, portanto, essa apreciação que já vem do mandato anterior terá lugar agora. E,



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

portanto, isso todos conhecem desde a primeira reunião que realizámos. Tem a palavra o Mário Macedo. Faça o favor”.

Mário Macedo do BE, disse: “Obrigado, senhor presidente. Ora bem, eu queria dizer duas coisas em relação ao assunto que foi discutido como ponto de ordem, à mesa, eu não sou jurista, confesso, e não tenho uma opinião muito fundamentada sobre questões que não são da minha área direta, mas, do ponto de vista moral, faz-me sentido ser possível apresentar novas propostas. E este é um fórum de discussão, é um fórum da democracia, e é a casa onde estas propostas podem e devem ser discutidas, independentemente de concordarmos com elas, ou não. Passando à segunda parte, eu também quero dar os parabéns ao senhor presidente da Câmara, por ter aceite a nossa proposta. Nós, realmente, tínhamos proposto a redução do IMI, para 0,35 (zero, trinta e cinco), e ficamos muito contentes por o presidente ter aceite a nossa proposta, pelo que o Bloco de Esquerda, votará a favor da taxa de redução da taxa de IMI.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Terminadas as intervenções, tem a palavra o senhor presidente da Câmara, se faz favor.”

O Presidente da Câmara Municipal, disse: “Senhor presidente, só para dizer que esta proposta, como eu disse, foi construída com a participação de todos os partidos. Estranhamente, há um partido que parece que tem duas posições, uma na Câmara, e outra na Assembleia Municipal, mas eu penso que essa é uma situação menor, numa deliberação que abrange, tem ampla unanimidade e que vai cumprir com os objetivos que todos temos, que é, de facto, desonerar a população em termos de encargo. Esta é uma reformulação que vamos fazer, talvez a maior de sempre, numa perspetiva de continuarmos a reduzir, até chegarmos à taxa mínima. Obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Vamos proceder à votação. Está registada a votação de todos, e, portanto, a proposta de IMI, é aprovada por unanimidade.”

Aprovada a Deliberação nº 55/XIII/2021 por unanimidade e em minuta com:

Trinta e sete (37) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do CH: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do PAN: 1



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Declaração de voto, Samuel Cruz.”

Samuel Cruz do PS em declaração de voto, disse: “Pronto. Ainda antes de entrar, propriamente na minha declaração de voto, com as contingências que sabem, não é exatamente uma declaração de voto, é uma intervenção, esclarecer que, como todos sabem, o Partido Socialista, tem uma opção diferente desta, e que era de baixar mais. Mas, infelizmente, a democracia do município do Seixal, é o que é, e nós temos uma experiência que vivemos numa contingência de votar a favor, pesa embora, tivéssemos uma proposta de maior descida. E porque é que eu digo isto? Porque, aqui há uns anos, votámos contra uma proposta de IMI, porque queríamos que baixasse mais, e a manchete do Boletim Municipal, foi – “IMI desce e o PS vota contra”, e objetivamente não era isso que estava em causa, portanto, é uma limitação, uma contingência à liberdade democrática que existe, no nosso funcionamento, por um lado. Por outro lado, aquilo que nós todos aqui assistimos que é impossibilidade, por esta, ou aquela razão, não interessa, há sempre uma, o ano passado foi por falta de tempo, de repente, a Assembleia Municipal acabou, porque tinha passado um tempo, que eu, ainda hoje, e já brinquei com isso, com o presidente Alfredo Monteiro, ainda hoje estou para perceber qual era, porque foi a única vez que aconteceu em 16 anos, que eu já levo de presença nesta casa. Mas, pronto. Estas contingências, acho que, de facto, não enobrecem ninguém. Não há nada de especialmente inteligente, ou especialmente de astuto nisso, mas, enfim. Dito isto, então para passar à declaração que diz o seguinte: mais de metade, e peço ao senhor presidente, o ser benevolente em relação aos 2 minutos, está bem, nestas coisas... mais de metade da receita do município do Seixal, resulta da cobrança de impostos, e taxas, num montante que ultrapassa os cinquenta e cinco milhões de euros anuais, sendo que o somatório da cobrança do IMI, e do IMT, representa quase 40% da receita total, e praticamente 70% do valor de taxas, e impostos cobrados. Na realidade, o IMI cobrado anualmente pelo município, ascende a vinte e seis milhões de euros, e o IMT metade dessa verba, ou seja, treze milhões de euros. Nos últimos anos, os impostos têm tido um comportamento notável, tendo o IMI cobrado crescido quatro milhões e quinhentos mil euros, ou seja, 21%, e o IMT, cinco milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, o que representa um crescimento de 84%. Em média, o IMI, e o IMT, este ano, já vai num crescimento superior a 100%. Em conjunto, a receita arrecadada apenas com estes impostos pela Câmara Municipal do Seixal, cresceu em trinta e um milhões e meio, em 2013, para trinta e nove milhões, trezentos e oito mil, em 2020, um crescimento de sete milhões e setecentos mil euros. A explicação para o cumprimento destes impostos, (Impercetível) do excelente momento que atravessa o setor imobiliário, no aumento das transações, no aumento de cada transação, e na reavaliação do valor patrimonial do imóvel, dos valores transacionados, ou seja, tudo fatores externos à ação, da principal beneficiada com este fenómeno, a Câmara Municipal do Seixal. Ora, se é verdade que quanto ao IMT, na realidade, nada pode fazer por se tratar duma taxa fixa, já quanto ao IMI, o mesmo não é verdade, praticando no município do Seixal, uma taxa de 0,365 (zero, trezentos e sessenta e cinco), quando a taxa média praticada pelos municípios com mais de



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

cem mil eleitores, é de apenas 0,335 (zero, trezentos e trinta e cinco). Concelhos como Lisboa, Sintra, Oeiras, Leiria, ou Vila Franca de Xira, Gondomar, ou Coimbra, praticam mesmo a taxa mínima de 0,3... (zero, três...)”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Samuel, já vai com uma tolerância de quase o dobro.”

Samuel Cruz do PS disse: “Senhor presidente, estou mesmo a terminar. Se o concelho do Seixal tivesse praticado esta taxa média no último mandato, mesmo assim teria registado um aumento de receita deste imposto, de nove milhões e seiscentos mil euros. Na verdade, apenas com a aplicação da taxa mínima de IMI, teria assegurado nos últimos 8 anos, um nível de crescimento da receita, e tributação do património equiparada face à taxa de inflação registada. Face a isto, o Partido Socialista entende que se deveria praticar neste mandato, uma taxa de 0,345 (zero, trezentos e quarenta e cinco), para atingir, no fim do mandato, uma taxa mínima de 0,3 (zero, três), e que devia ter sido implementado o IMI familiar como já vimos nesta assembleia que é vontade maioritária. Disse, senhor presidente, e muito obrigado”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Sim, senhor. Portanto, vamos gerindo assim, até para que, Samuel, não fique a ideia, de que o PS, e o eleito Samuel Cruz, que não são, digamos tratados da mesma maneira.”

II.5. Receitas Municipais. Lançamento de derrama, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art. 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e alínea b) do art. 14.º e 18.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro. Aprovação.

(Documento anexo à Ata com o número 11).

O Presidente da Assembleia Municipal, disse:” Passamos então, para o ponto seguinte, que é o ponto 5 – “Receitas municipais, lançamento de derrama.” Tem a palavra o senhor presidente da Câmara. Faça o favor, senhor presidente.”

O Presidente da Câmara Municipal, disse: “Muito obrigado. Bom, a derrama é um imposto, como se sabe, relativamente a lucros das empresas, e visa captar uma receita na ordem de cerca de um milhão e meio de euros para o município, em termos anuais, que utilizamos para podermos desenvolver vários projetos de investimento público, nomeadamente na área social, na área cultural, na área desportiva, educativa, entre outras. Trata-se duma receita importante, mas ela só é paga, volto a dizer, pelas empresas que apresentam lucros. E claro que se o volume de negócios dessas empresas for inferior a cento e cinquenta mil euros, isto, para a grande maioria das pequenas e médias empresas, essa taxa não será aplicada. Não será aplicada a essas empresas, como também a todas aquelas que criem e que instalem a sua sede no Seixal, e que criem três, ou mais, postos de trabalho. Parece-nos uma proposta equilibrada, na senda daquilo que tem sido



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

possível consensualizar ao longo dos anos, com os partidos, e por isso, a aprovação desta proposta, que nos vai ser bastante útil, para podermos continuar a desenvolver o nosso trabalho. Obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Obrigado, senhor presidente da Câmara. Intervenções para este ponto? Temos o Mário Macedo. Faça o favor, Mário.”

Mário Macedo do BE, disse: “Obrigado, senhor presidente. Queria só dizer, muito rapidamente, que nós concordamos com a proposta da Câmara, e as intenções que estão a ser propostas, e nós vamos votar favoravelmente, mas eu queria apenas lembrar que o problema não é exclusivamente do Seixal, mas que existem grandes empresas que continuam sem pagar nada. Temos empresas como a REN, Galp, Bancos, seguradoras, hipermercados, distribuidoras de combustíveis, que exercem a sua atividade no concelho, e que não pagam derrama, e estamos a falar de grandes empresas, não estamos a falar de pequenas empresas que têm de ter as suas isenções. Estamos a falar de grandes empresas, e muitas delas, multinacionais, com milhões, e milhões de euros de lucro, por ano, e que conseguem, pelo nosso enquadramento legal, não pagar nem um euro de imposto, aqui no Seixal. Obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Rui Belchior. Faça o favor.”

Rui Belchior do PSD, disse: “Muito obrigado, senhor presidente. O Partido Social Democrata, no que diz respeito à derrama, tem a dizer o seguinte: é quase sabido que a gestão da política, e o quadro fiscal que compete ao Governo, todavia, as autarquias locais, podem lançar anualmente uma taxa de derrama, até ao limite de 1,5%. Este município, opta sem cerimónias, ou tem optado, sem cerimónias, pelo limite máximo de 1,5 (um, cinco), ou seja, os poucos instrumentos fiscais que pode aplicar, opta por carregar as empresas com o máximo da tabela, ao contrário, por exemplo, de alguns municípios que já aqui foram focados, como Cascais, 1,25 (um, vinte e cinco) ou como Almada, que há pouco também foi referido pelo senhor presidente 1,20 (um, vinte). Assim, não nos parece que esta política esteja assente numa ideia de captação de investimento e da criação de empresas, e nem mesmo as isenções previstas na alínea a) e b) são convincentes, sendo que no que diz respeito à alínea b), estamos perfeitamente convencidos que apenas uma percentagem muito reduzida de empresas, terá um volume de negócios superior a cento e cinquenta mil euros, portanto, superior a cento e cinquenta mil euros, por ano. Na verdade qualquer estabelecimento de esquina, tem um volume de negócio superior. Assim sendo, ter ido mais longe, caso houvesse uma verdadeira estratégia de atração de investimento privado, e não obstante nos últimos anos, se tenham verificado algumas melhorias no concelho, ou de vista, lá está do investimento privado, há ainda muito caminho a percorrer para afastar tal preconceito em relação a este tipo de investimento de natureza privada, repetimos, que tem sido ao contrário do que alguns querem apregoar, o verdadeiro, e o nosso foco, de desenvolvimento deste concelho. Muito obrigado.”



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Pergunto se há mais intervenções? Não há registo de pedidos de intervenções. Portanto, tem a palavra o senhor presidente da Câmara. Faça o favor.

O Presidente da Câmara Municipal, disse: "Senhor presidente, eu penso que as questões estão claras para todos, e eu dispensei fazer mais comentários. Obrigado."

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Obrigado, senhor presidente. Vamos então colocar à votação. Esta proposta está aprovada com os votos a favor da CDU, do PS, do Bloco de Esquerda e do PAN, e a abstenção do PSD, e do Chega. Há alguma declaração de voto? Não."

Aprovada a Deliberação nº 56/XIII/2021 por maioria e em minuta com:

Trinta e um (31) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do PAN: 1

Seis (6) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do CH: 3

II.6. Receitas Municipais. Definição da participação percentual no IRS, nos termos do art. 26.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro. Aprovação.

(Documento anexo à Ata com o número 12).

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Passamos para o ponto seguinte, que é o ponto 6 – "Definição da participação percentual de IRS." Senhor presidente da Câmara, tem a palavra, se faz favor."

O Presidente da Câmara Municipal, disse: "Obrigado, senhor presidente da Assembleia Municipal, senhores eleitos, nós consideramos que esta receita é muitíssimo relevante para que a Câmara Municipal, consiga estabelecer um quadro de investimentos mais alargado daquilo que são propriamente as competências do município, isto é: apesar desta receita do IRS desde sempre contar para o nosso perímetro de receita do município, no entanto, consideramos que este montante na ordem de mais de dez milhões de euros, por ano, é bastante relevante para que possamos fazer os investimentos necessários, não só naquilo que são as vossas competências diretas, mas também naquelas propostas que temos, e que estão propostas no orçamento que



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

vamos discutir e deliberar, no dia de amanhã, ou melhor, no dia de hoje, hoje à noite, porque já passa da meia-noite, no sentido do conseguirmos ampliar o investimento da Câmara Municipal, para áreas que não são da exclusiva competência do município, mas que nós vamos participar. Já o estamos a fazer no processo de alojamento de Vale de Chicharos, aliás, hoje mesmo estive em contacto com o Secretário de Estado da Habitação, e estamos a trabalhar, no sentido de conseguirmos concretizar a segunda fase de alojamento, bem como na área da saúde, com protocolos para a construção de, pelo menos, dois Centros de Saúde, para além da Esquadra da Divisão Policial do Seixal, que também queremos concretizar, e lançar esses processos concursais e, depois, de construção. É claro que para o efeito nós precisamos de ter meios, e por isso, este meio de receita é muito importante. Qualquer variação percentual nesta receita, significa reduzirmos dois, cerca de milhões de euros anuais. Se somarmos aquilo que já decidimos hoje, de reduzir o IMI, e com essa redução, digamos, de um milhão e meio, teremos dificuldades, mais dificuldades em conseguir cumprir com este objetivo que temos de alargar o que é o quadro de investimento da Câmara Municipal, para estas áreas que também são muito relevantes. Por isso, deste ponto de vista do investimento público, esta receita é muito importante, e depois também temos a outra parte de qual é que seria o impacto dum eventual devolução de 1% deste montante. Esta devolução de 1%, seria só para os munícipes que, portanto, contribuem com IRS, e nós já sabemos que aqueles que contribuem com maior (Imperceptível) de IRS, são os contribuintes que mais auferem, que melhores salários auferem e seriam esses os mais beneficiados em contraparte com aqueles que, por exemplo, ganham o salário mínimo nacional, e como não contribuem com o IRS, como não deduzem IRS, também não seriam alvo dum possível ressarcimento. Por isso, estamos, uma vez mais, perante uma medida socialmente injusta. Isto é, a Câmara Municipal com os 5% de IRS, consegue concretizar um conjunto de investimentos muitíssimo relevantes em termos anuais, e temos ao lado o Governo com 95% do IRS, que muito pouco investe no concelho do Seixal. Aliás, se olharmos para os últimos quatro anos, onde o Governo, os Governos do PS, tiveram à sua disposição um valor bastante significativo de mais de dois milhões de euros, por ano, para investimento no concelho do Seixal, perguntamos – Para onde é que foi o dinheiro? Onde é que estão os investimentos feitos com esse montante? Enquanto que da parte da Câmara Municipal, que todos conhecemos o grande investimento que foi feito, e que se prepara também para ser feito neste mandato, se, e volto a dizer, se tivermos esses meios, onde o IRS é, de facto, uma receita muitíssimo importante. Por isso, se estas verbas ficarem com o município, nós iremos retribuí-las, do ponto de vista do investimento público, com mais respostas educativas, sociais, culturais, desportivas, ambientais, e outras, na área da saúde, da segurança, ou mesmo do realojamento social. Se não tivermos essas condições, não conseguiremos ir tão longe, como aquilo que gostaríamos. Por isso, esta proposta, na nossa opinião, portanto, configura um cenário extremamente positivo para que o executivo consiga continuar a servir a comunidade e privilegiando aquilo que é o interesse coletivo, em detrimento daquilo que é o interesse individual. Muito obrigado.”



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Muito obrigado senhor presidente da Câmara. Há um pedido, um registo de ponto de ordem. Samuel Cruz, faça o favor."

Samuel Cruz do PS, ponto de ordem, disse: "Senhor presidente, eu não quero ser maçador, nem para o presidente, nem para os restantes elementos, mas como sabem, o Partido Socialista também tinha uma proposta nesta matéria, proposta essa que não foi recusada, e nesse sentido, pretende também apresentar recurso para o plenário, sabendo que a resposta vai ser a mesma, mas para esclarecer de haver impugnação judicial, irá ser tomada por nós amanhã, não será hoje ainda, mas se isso acontecer é importante que fique o registo da recusa do nosso pedido de recurso para o plenário, presidente. Disse."

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Vamos lá ver. Em relação a este ponto de ordem, é a mesma resposta dada, porque a própria deliberação da mesa, tem a ver com as duas propostas, e eu, há pouco, já o tinha referido, e apresentadas pelo eleito Samuel Cruz, da alteração do IMI, da taxa do IMI, e do valor percentual do IRS, e, portanto, aqui é exatamente a mesma questão. O indeferimento da admissão das propostas tem a ver com o que está vedado na lei 75, de 2013, e também no quadro do regimento da assembleia municipal em vigor, e que impede, o regimento é naturalmente no quadro legal, e não pode ser doutra maneira, que impede que a Assembleia Municipal aprecie e aprove propostas que modifiquem o orçamento municipal. E estamos a falar, em concreto, do orçamento municipal já aprovado na Câmara, e que terá apreciação, é hoje, não é, porque já estamos depois das 24 horas. O recurso que aqui é colocado oralmente, não é considerado porque também a lei 75, de 2013, não define, digamos, qualquer modelo processual, que seja a apresentação oral, como foi agora, novamente, feita pelo eleito Samuel Cruz, e, portanto, segue também o procedimento ao abrigo do Artigo 53, da lei 75, de 2013, que é o agendamento com os prazos que estão definidos na lei, mas antes de mais, importa referir que o recurso tem de ser apresentado formalmente e que até agora não aconteceu, não é? Apenas foi feito oralmente agora pelo eleito Samuel Cruz. Bom, é este o entendimento da mesa da Assembleia Municipal.

Samuel Cruz PS, disse: "Senhor presidente, se estivéssemos numa sessão presencial, eu escreveria um documento, e entregava-lhe. Mas, neste fórum, é impossível fazer isso. De qualquer das maneiras, eu posso escrever aqui no – bate papo, o recurso para o plenário da decisão da mesa, já o fiz aliás, mas há aqui um formalismo que existe, dadas as contingências desta reunião de entregar papéis. É impossível. Mas, disse."

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Ó Samuel, para fecharmos aqui este nosso diálogo, porque senão, teremos o protesto da Assembleia Municipal, e do senhor presidente da Câmara, dos eleitos, e dos vereadores, mas aqui da Assembleia Municipal, como é evidente, do órgão. Bom, mas o eleito Samuel Cruz, podia tê-lo feito, independentemente do entendimento ser este, podia



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

tê-lo feito formalmente, e teve tempo para o fazer, para o formalizar, antes da Assembleia Municipal, porque a resposta da mesa, ou melhor, a resposta dos serviços da assembleia, na sequência da indicação do presidente da assembleia, e da decisão da mesa que reuniu, na verdade, e que está em ata da reunião, evidentemente, que dava mais que tempo, tinha o dia inteiro, quase, porque foi no final da manhã, o dia inteiro para o ter feito, e não o fez. Portanto, não deu entrada na Assembleia Municipal, nenhum recurso, por parte do eleito Samuel Cruz, para o plenário, e só o está a fazer aqui e agora oralmente. E, portanto, não se coloca a questão do papel. Quer dizer, porque durante um dia inteiro, não o fez, e devia tê-lo feito.

Samuel Cruz PS, disse: "Não fazia qualquer sentido. Mas adiante, presidente."

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Samuel, não fez e devia tê-lo feito."

Samuel Cruz PS, disse: "Não vi o plenário, e o meu argumento é este, na minha opinião. Mas, pronto."

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Está bem. Mas isso foi a sua opinião. Aliás, e só para terminar, e isso é uma questão de exemplo para a nossa apreciação de procedimento, um exemplo de procedimento, para a nossa apreciação em sede de elaboração, do regimento para este mandato. No mandato anterior, houve duas situações de recurso que foram formalizadas, como sabe, e que depois tiveram apreciação. Portanto, o facto concreto, é que o eleito Samuel Cruz, não formalizou nenhum recurso, pedido de recurso, nenhum requerimento de recurso para plenário. E isto é um facto. Bom, então passamos para a apresentação, que já tivemos do senhor presidente da Câmara, não é, e passamos para intervenções. Rui Belchior, faça o favor.

Rui Belchior do PSD, disse: "Muito obrigado senhor presidente, mais uma vez. Agora é chegada a hora do Partido Social Democrata, salientar a sua posição relativamente à taxa de IRS, e o município do Seixal, como sabido, tem sucessivamente aplicado o valor de 5%, para a participação variável no IRS, ou seja, a percentagem máxima legal, o PSD, desta feita, defendeu uma redução deste valor para o valor de 4%, proposta que não foi colhida pelo executivo. E nós defendemos esta redução, porque consideramos que esta atual percentagem é exagerada, e não tem justificação a sua sucessiva aplicação. Para além disso o PSD entende que o valor obtido deve ser devolvido às famílias, em especial na atual conjuntura, e naturalmente que não se pode devolver a quem não pagou imposto. Em anos anteriores o Partido Social Democrata tem até viabilizado, com a sua abstenção, esta proposta com a condição de que a redução pelo município do valor que havia de devolver às famílias em sede de IRS, caso esse valor fosse aplicado num qualquer equipamento, ou infraestrutura concreta, a que a todos beneficiasse. Essa consignação, essa aplicação concreta, nunca foi efetuada. Com a atual proposta, a posição do Partido Social Democrata mantém-se, ou seja, enquanto o montante proveniente deste imposto não for



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

efetivamente, e concretamente consignado, nós votaremos contra. Assim, não aceitamos a aplicação da participação variável, de forma discricionária, mesmo que esta seja residual, devendo esta, em nosso entender, ser devolvida aos munícipes contribuintes. Muito obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Tem a palavra Maria João Louro. Faça o favor.”

Maria João Louro da CDU, disse: “Obrigada senhor presidente, e, mais uma vez, boa noite a todos. Relativamente ao IRS, a lei número 73, de 2013, de 03 de setembro na redação atual, estabelece o regime financeiro das autarquias locais, e das entidades Intermunicipais, prevendo no Artigo 26, que os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação do IRS, os sujeitos passivos com domicílio fiscal, na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior. Em 2020, o valor desta participação foi aplicado e investida no desenvolvimento do concelho do Seixal, em prol da população, de toda a população. Uma variação do IRS inferior a 5%, iria, por um lado, beneficiar apenas população não isenta de IRS, que já, à partida, se traduz nos munícipes contribuintes, com salários mais elevados. E por outro lado, levaria a uma menor capacidade de intervenção da Câmara Municipal do Seixal, comprometendo a execução do projeto autárquico, dirigido a todos, colocando em causa, o bem comum. A justiça fiscal deve ser alcançada por via do desagravamento fiscal, em sede do Orçamento de Estado, e da política fiscal do país, nomeadamente pela alteração dos escalões do IRS, e outras medidas que exonerem os rendimentos familiares, tal como tem vindo a ser proposto na Assembleia da República, pelo PCP, e CDU, mas que o PS e o seu governo, assim como os outros partidos de direita, sistematicamente recusam. Assim, mantendo-se a participação variável do IRS, no valor de 5%, todos os munícipes beneficiarão do investimento que irá virá a ser realizado na contínua construção do nosso concelho de abril. Disse.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Tem a palavra o Samuel Cruz, se faz favor.”

Samuel Cruz do PS, disse: “Gostaria de dizer o seguinte. Mais uma vez, o Partido Socialista faz esta intervenção sobre protesto, e eu entendo que ganhávamos mais em termos de discussão abertamente, mas com as mesmas contingências, já vimos, da cobertura dos órgãos de informação da autarquia deste assunto, mas cabe-nos dizer o seguinte. Os tempos pandémicos que vivemos criaram situações anómalas, muito para além da área da saúde. Toda a cadeia produtiva e de distribuição mundial de bens ficou destruída, foi destruída, foi dizimada, a indústria da leve à pesada, dos setores alimentares, aos energéticos, farmacêuticos, fitossanitários à venda de máquinas e veículos, e muitíssimos outros, como o setor dos transportes, sejam rodoviários, marítimos, ou aéreos, e com sérias consequências globais também para as famílias. Vivemos numa crise gigantesca, em que muito do que é básico para subsistir, ou falta, ou não se sabe quando, e se voltamos a ter. Um pouco por todo o mundo, as empresas, as fábricas, e os serviços, fecham por causa da falta de energia, ou do seu elevado custo. A ausência de matérias-primas, de alimentos,



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

ou de produtos, provocando o caos, o desemprego, e a desorientação. Por outro lado, os impostos municipais sobre o património, têm revelado um comportamento invulgar, muito elevado, e com significativos incrementos de ano para ano. A título de exemplo, apenas o IMT, já arrecadou, este ano, receita na ordem dos vinte milhões de euros. Isto é o dobro daquilo que estava orçamentado, ou seja, mais dez milhões de euros. Recorde-se também que o saldo gerência da Câmara Municipal do Seixal, no ano de 2020, foi também ele de vinte milhões de euros. Mas, se o município tem esta capacidade de arrecadar receitas, e esta capacidade de gerar lucros, também é verdade que o município tem a capacidade de ajudar as famílias. Devolvendo-lhes rendimentos através da participação percentual do IRS do município, o que é da mais elementar justiça, visto que ao mesmo tempo que as famílias perdem rendimentos, a Câmara tem arrecadado receita extraordinária, muito acima até daquilo que previu, ou é capaz de gastar. A redução percentual de 1% cobrado por este imposto, representa menos de dois milhões de euros, ou seja, apenas um quinto, do valor de IMT cobrado a mais, ou um décimo dos lucros apresentados no ano de 2020. Assim, o Partido Socialista, entende que a taxa de IRS a ser aplicada, deveria ser de 4%, e por isso irá votar contra esta proposta. Disse.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Tem a palavra o Nuno Capucha. Faça o favor, Nuno.”

Nuno Capucha do CH, disse: “Como a noite já vai longa, eu quero apenas comentar duas coisas da intervenção da Maria João Louro. E fiquei a saber que pertença às famílias mais ricas deste concelho, apenas porque não estou isento de IRS. Desculpem, eu trabalho na AT, e isso não corresponde à verdade, e não pode ser analisado assim. E depois, há aquela velha história do concelho de Abril. O concelho de Abril, que aponta o dedo às pessoas que têm um rendimento, porventura um pouco superior à média, como se, e como já aqui foi referido, creio que pelo Rui Belchior, que existisse uma coisa que é dinheiro do Estado. Não, de facto vamos pôr novamente a questão, onde o ponto fulcral tem de ser tocado, e que esse dinheiro é dos contribuintes, e que têm o direito a recebê-lo, sobretudo num tempo de pandemia, e num tempo em que muitas Câmaras Municipais, têm vindo a devolver, pelo menos, parte do IRS. Disse.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Pergunto se há mais intervenções? Não registamos mais intervenções. Tem a palavra o senhor presidente da Câmara.”

O Presidente da Câmara Municipal, disse: “Obrigado. Apenas registar a importância desta receita, e o facto de quanto ao Estado, ninguém se preocupar com os 95% de IRS, e de só se terem preocupado com os 5% que cabe às autarquias. É revelador também daquilo que é uma menoridade do poder local que ainda não foi resolvida, e esse é um aspeto que eu gostaria aqui de afirmar, uma vez mais, e um segundo relacionado com a intervenção do PSD, porque, de facto, não foi colocada esta questão de forma direta, sobre o equipamento que pudesse ser, digamos,



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

“consignado” a este montante, mas, no entanto, dizer estes dois Centros de Saúde que queremos construir, a par da esquadra Policial do Seixal, como dos dois quartéis da GNR, um, em Fernão Ferro, em primeiro lugar, e o segundo em Paio Pires, para além de todos os outros investimentos que pretendemos concretizar, e basta ir para o processo de loteamento de Vale de Chícharos que está em marcha, como eu, há pouco, referi. Penso que são elementos suficientes para caracterizar a necessidade destas verbas, e que permitem, de facto, dar esse voto de confiança, de que com este montante, e com esta verba, que podemos avançar com este tipo de intervenções. E por isso, este era o sinal que eu queria deixar de compromisso do Partido Social Democrata, que, de facto, este investimento nós procuramos concretizá-los num curto prazo, sendo que cá estaremos para depois ter o veredito de avaliação daquilo que conseguirmos, ou não, fazer. No entanto, temos esta vontade, e está expressa em orçamento que será discutido hoje, pela noite, e que com esta verba, nós conseguiremos avançar nesta direção, e cá estaremos para depois ter o veredito de avaliação, se, de facto, cumprimos, ou não. Obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Obrigado, senhor presidente da Câmara, inscrição para a votação dos grupos municipais. Portanto, é o ponto 6. Façam o favor de proceder à votação. está registada a votação. Votos a favor da CDU, do Bloco de Esquerda, e do PAN. Há a abstenção do Chega, e o voto contra do PS, e do PSD. Portanto, está aprovada a proposta de definição percentual do IRS. Declarações de voto? Não há registo de declarações de voto, certo?”

Aprovada a Deliberação nº 57/XIII/2021 por maioria e em minuta com:

Dezanove (19) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do PAN: 1

Quinze (15) votos contra dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3

Três (3) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do CH: 3

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Vanda, faça o favor. Tempos.”

Vanda Carvalho da CDU disse:” Então, tempos, temos com o saldo: CDU, com trinta e dois minutos e três segundos, o PS com dezassete minutos e cinquenta e sete, o PSD com quatro minutos e



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

trinta e cinco, o Chega, com dez minutos e trinta e dois, o Bloco de Esquerda com sete minutos e trinta e três, o PAN com oito minutos, e a Câmara Municipal do Seixal, com seis minutos e quarenta e cinco.”

II.7. Receitas Municipais. Percentual da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2022. Aprovação.

(Documento anexo à Ata com o numero 13).

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Passamos então para o ponto 7, e tem a palavra o senhor presidente da Câmara. Faça o favor.”

O Presidente da Câmara Municipal, disse: “Obrigado senhor presidente, senhores eleitos. Aqui é uma taxa municipal com direitos de passagem, e trata-se duma taxa que é única e que é possível aplicar. Os municípios têm sido preteridos daquilo que é a sua legitimidade de taxação do espaço público, e que é seu por direito, é nosso, nosso, da população, e o governo impõe-nos para efeitos de cobrança de ocupação do espaço público, de operadores, comunicações e energia, e que possamos apenas aplicar uma taxa que configure uma receita anual de cerca de setenta e cinco mil euros. Os benefícios que estes operadores têm com o uso da ocupação no subsolo, e também no espaço aéreo, é muitíssimo superior a setenta e cinco mil euros anuais, e por isso, estamos perante uma situação de, uma vez mais, menorização do poder local, da nossa capacidade de receita, e que o Estado defende, protege estas grandes empresas privadas, em detrimento do interesse público, e coletivo, e, neste caso, dos municípios, e das populações. Portanto, esta é a taxa possível de aplicar, apesar de entendermos que devia ser mais, mas o quadro legal não nos permite outra forma, e por isso, esta é a proposta que apresentamos.

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Obrigado, senhor presidente da Câmara. Deixem-me só fazer uma referência de trinta segundos, a propósito da intervenção do senhor presidente. O Congresso da Associação Nacional de Municípios, teve lugar, como sabemos, recentemente, portanto, 11 e 12 de dezembro, e tem na sua resolução e nos elementos do congresso uma posição frontalmente crítica, em relação a esta matéria, e não é de agora, como exatamente o senhor presidente referiu. Está posta em causa a autonomia local, através deste quadro legal, que impede a aplicação dos regulamentos municipais da ocupação dos espaços públicos, e das respetivas taxas, devidas pelos operadores que, desta forma, utilizando a baixo custo as infraestruturas do município, o espaço público do município, sem lucros, como sabemos, na área das comunicações, e, portanto, com um enorme prejuízo para os municípios, e, portanto, é uma posição aprovada por unanimidade, pelo Congresso de Associação de Municípios. Ora, quem é que pretende intervir, sobre este ponto? Intervenções? Não há registo de pedidos de intervenções, Se confirmarmos isso, passamos à votação. Portanto, está feito o registo da votação. Votos a favor da CDU, do PS, do Bloco de Esquerda, e do PAN, e a abstenção do PSD, e do Chega. Portanto, está



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

aprovada a proposta. Declarações de voto. Procedam à vossa votação. Há alguma declaração de voto? Mário. Faça o favor.”

Aprovada a Deliberação nº 58/XIII/2021 por maioria e em minuta com:

Trinta e um (31) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do PAN: 1

Seis (6) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do CH: 3

Mário Macedo do BE em declaração de voto, disse: “Eu votei a favor desta taxa, mas quero dizer que não é aceitável, que esta taxa seja apenas 0,25% sobre os operadores de telecomunicação, e que, realmente, na próxima legislatura, espero que o futuro governo olhe mais ao interesse das populações, e não das grandes empresas, e que consiga alterar essa lei.”

II.8. Protocolo de colaboração entre o Município do Seixal e a Junta de Freguesia de Corroios. Aprovação de minuta.

(Documento anexo à Ata com o número 14).

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Passamos para o último ponto, e que é o ponto 8 – “Protocolo de colaboração entre municípios do Seixal, e das Juntas de Freguesia de Corroios – Aprovação de Minuta.” Senhor presidente da Câmara, faça o favor.”

O Presidente da Câmara Municipal, disse: “Senhor presidente, trata-se de um pedido que a Junta de Freguesia de Corroios, desenvolveu junto da Câmara Municipal, no sentido de podermos apoiar os gastos, que a Junta de Freguesia tem tido com a ocupação do Pavilhão Multiusos da Quinta da Marialva, com o Centro Municipal de Vacinação de Corroios, e ao mesmo tempo, uma compensação, pelo facto de um protocolo que previa um determinado conjunto de receitas que a Junta de Freguesia ia receber, não se ter verificado, por via desta ocupação, e que, de facto, já na altura, à data, pensávamos que seria temporário, mas a verdade é que já estamos com muitos meses de ocupação do espaço, e vamos continuar. Aliás, estamos, neste momento, a montar o processo de vacinação, em Amora, que já tínhamos desativado, e agora já foi necessário reativar, estamos a tratar disso, mas, no entanto, existem essas necessidades expostas pela Junta de



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

Freguesia de Corroios, que nos parecem atendíveis. E nessa perspetiva, podemos apoiar a Junta de Freguesia, com o montante que está expresso, daquilo que são os gastos que a Junta de Freguesia teve com o centro municipal de vacinação, e também com o ressarcimento pelo facto deste espaço estar ocupado, e não poder ter um protocolo, que iria também ajudar ao exercício económico da Junta de Freguesia, sendo claro que a Junta de Freguesia, reservará essas verbas para, portanto, os seus fins específicos de serviço público também, como a Câmara Municipal. Obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Obrigado, senhor presidente da Câmara. Intervenções sobre este ponto? Portanto, repito. Pedidos de intervenção? Samuel Cruz, faça o favor.”

Samuel Cruz do PS, disse: “O Partido Socialista, irá votar contra essa proposta, como também já fiz chegar à mesa, porque considera que foi votada numa forma irregular na Câmara. E o que está em causa, é que os aditamentos para poderem ser aceites, no nosso entendimento, na Câmara, têm de votados por dois terços dos Vereadores. E não é dos Vereadores presentes, é da totalidade dos Vereadores, e como se sabe, os Vereadores do Partido Socialista, não estavam presente na sala, quando a votação foi feita, quer do aditamento, quer posteriormente da proposta em si, portanto, achamos que essa proposta devia ser, a votação devia ser repetida na Câmara, mas, enfim, é só por esta razão, é só por uma questão formal, e não está em causa o mérito da proposta.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Só uma referência em relação a isto. O eleito Samuel Cruz fez chegar à Assembleia Municipal, um requerimento para a retirada a proposta da ordem de trabalhos. A mesa reuniu, e do que apurou com o senhor presidente da Câmara, e com o seu gabinete, é de que não há nenhuma irregularidade, dado que teve lugar, e aliás, o eleito Samuel Cruz referiu isso, a votação do aditamento foi aprovada, até por unanimidade dos Vereadores presentes, e, portanto, nós indeferimos esta pretensão, que foi analisada pela mesa, esclarecida a matéria, junto do senhor presidente da Câmara, e, portanto, respondemos em conformidade, também não aceitando, portanto, este pedido de retirada da ordem de trabalhos. Intervenções? Temos mais um pedido. Rui Belchior, faça o favor.”

Rui Belchior do PSD, disse: “Obrigado, senhor presidente. Eu apenas queria questionar o senhor presidente da Câmara, se esta verba que suportará este protocolo, é, ou não, proveniente do empréstimo de quatro milhões de euros, atendendo aos motivos que justificam este protocolo, portanto, que se prende com a pandemia, e o Covid, se esse valor advém daquele empréstimo de quatro milhões de euros? Pedia só essa resposta objetiva do senhor presidente da Câmara. Era só isso que eu queria dizer. Muito obrigado.”



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Obrigado. Mais intervenções, em relação a este ponto? Não registo mais intervenções, tenho a indicação disso, e, portanto, tem a palavra o senhor presidente da Câmara. Faça o favor, senhor presidente.”

O Presidente da Câmara Municipal, disse: “Obrigado. Dizer ao senhor eleito do PSD, que, de facto, nós não vamos utilizar, trata-se duma transferência, trata-se dum protocolo de colaboração, e não vamos utilizar o montante do empréstimo para este efeito. Mas, no entanto, trata-se duma verba que vai, no sentido, deste combate à Covid. Porque, de facto, quer os consumos que foram utilizados pela Junta de Freguesia, quer também os materiais, e outros equipamentos que foram necessários, e que a Junta de Freguesia adquiriu, e também o protocolo que estava vigente, e que depois não se pode concretizar, em todos, pela ocupação do pavilhão multiusos da Quinta da Marialva, mas, no entanto, não vamos utilizar este montante não sairá do montante do empréstimo, até porque, para nós, o que sairá, são sempre aquisições diretas da Câmara Municipal, para efeitos do combate da pandemia, e nunca processos de apoio, ou de transferência financeira, nessa perspetiva. Por isso, penso ter respondido à questão colocada pelo senhor eleito. Muito obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Obrigado, senhor presidente da Câmara. Senhores eleitos dos grupos municipais, façam o favor de votar. Portanto, está registada a votação. A proposta tem os votos a favor da CDU, do Bloco de Esquerda e do PAN. A abstenção do Chega, e os votos contra do PS, e do PSD. Está aprovada. Declarações de voto? É isso, confirma-se? Já deverá estar. Dr. João Coutinho, pode colocar a aprovação da ata, e da minuta. Já está. E, portanto, inscrevam a vossa votação, votação da ata e da minuta. Esta formalidade é necessária, para que tenhamos os elementos para a ata, e para o registo que é necessário ficar em ata.

Aprovada a Deliberação nº 59/XIII/2021 por maioria e em minuta com:

Dezanove (19) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do PAN: 1

Quinze (15) votos contra dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3

Três (3) abstenções dos seguintes eleitos:



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

- Do grupo municipal do CH: 3

II.9. Minuta da Ata – Aprovação.

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Portanto, terminada a ordem de trabalhos, coloco à vossa consideração a aprovação da ata, e minuta. Consideramo-la aprovada.”

Aprovada a Deliberação nº60/XIII/2021 por maioria e em minuta com:

Vinte cinco (25) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do CH: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do PAN: 1

Doze (12) votos contra dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12

Samuel Cruz do PS, disse: “Presidente, estão-se a levantar aqui questões. O PS não aprova a ata, e a minuta, antes de conhecer exatamente... Porque há questões que nós achamos que não são... as declarações não foram tomadas duma forma correta, não são válidas, e, portanto, não validamos a ata, e a minuta.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Ó Samuel, nunca, por acaso, nunca tinha acontecido uma coisa destas. É que, e repare no seguinte. A aprovação a ata, e da minuta, é, em primeiro lugar, necessária para os procedimentos, porque senão... Pronto, está bem. Se o PS não aprovar, e, naturalmente os restantes eleitos aprovarem, portanto, a ata está aprovada, não é? Se votarem a favor, a ata está aprovada, tal como o registo vai acontecer. Mas, esta questão que eu estou a colocar, é, antes de mais, quer dizer, muito objetiva. A aprovação da ata, e da minuta, é necessária, para os procedimentos, em relação à aprovação da Assembleia Municipal, às deliberações da assembleia municipal, e não põe em questão a ata. A ata vai ser elaborada a partir da ata, e da minuta. A ata e a minuta têm uma questão informal importante. Se não a aprovarmos, quer dizer, pomos em causa a sequência processual, em relação às deliberações. Depois, na ata, todos os eleitos têm a possibilidade de intervir. Se não estão... ou se têm alguma observação a colocar em relação à ata, ela é enviada previamente, apreciam-na, e depois em sede, que é na sessão da assembleia seguinte, que nós estamos, digamos, uma organização de trabalho, e até com um reforço da equipa para garantir isso, não é? Agora, não é possível... amanhã são duas



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

sessões da Assembleia Municipais seguidas. Bom, eu não pude deixar de fazer este esclarecimento, não é? Está a ver?”

Samuel Cruz do PS, disse: “ O sentido de voto do PS, é contra, senhor presidente.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Com certeza. Pronto. Ainda bem que a Assembleia Municipal aprova a ata e a minuta, porque senão estas deliberações não tinham sequência, e não é isso que o PS queria, com certeza. Digo eu.”

Samuel Cruz do PS, disse: “Não. O PS quer o respeito pela legalidade, que entende que não foi o que ficou aqui hoje.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Quer o PS, quer o presidente da assembleia, a mesa, e todos os eleitos da Assembleia Municipal. Não tenha dúvida nenhuma.”

Samuel Cruz do PS, disse: “Se o presidente da mesa quisesse isso, pedia o devido esclarecimento à CCDR, e não faz isso.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Não. Eu não tenho que pedir, porque nós temos uma relação... “

Samuel Cruz do PS, disse: “Tem, tem.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Não. Se quiser, peça o senhor.”

Samuel Cruz do PS, disse: “Eu não posso. Eu faria, mas eu não tenho essa legitimidade.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Pronto. Estamos a terminar com este diálogo, e não há nenhuma questão, para que a mesa da assembleia, ou o presidente da assembleia, peçam qualquer parecer externo, porque naturalmente têm os serviços da assembleia e da Câmara para isso, e estamos seguros em relação à legalidade. Seguros, em relação à legalidade.”

Samuel Cruz do PS, disse: “ Ok.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Ora bem, então boa noite a todos, e vamo-nos encontrar mais logo, às 20h00, para a sessão da assembleia municipal, na sessão da ordem da assembleia. Boa noite a todos, então, senhor presidente, e os senhores membros da assembleia.”

Nada mais havendo a tratar, **O Presidente da Assembleia Municipal** deu os trabalhos por encerrados, agradecendo a presença do executivo municipal e dos membros deste Órgão.

A sessão terminou cerca da 01:00 horas do dia 29 de dezembro.



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2021

6ª Sessão Extraordinária – 28 de dezembro de 2021

Nos termos do art.º 5.º do Decreto-Lei nº 45362 de 21 de Novembro de 1963 (com a redação atualizada pelo Decreto-Lei nº 334/82 de 19 de Agosto, e de acordo com uma interpretação extensiva), os documentos mencionados são arquivados, ora em pasta anexa à presente ata, ora no respetivo processo.

Sempre que se indicou ter sido tomada qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovado nos termos e para efeitos do disposto no art.º 92.º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com a redação atualizada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, e com as alterações introduzidas pela Lei nº 67/2007, de 31 de dezembro e pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente e Secretários em exercício:

O Presidente da Assembleia Municipal:

O Primeiro Secretário:

A Segunda Secretária: